

ESTUDOS PRÉ-HISTÓRICOS



Carta por a-a'



Centro de Estudos
Pré-históricos da Beira Alta

MESA-REDONDA

**A PRÉ-HISTÓRIA E A PROTO-HISTÓRIA NO CENTRO DE PORTUGAL:
AVALIAÇÃO E PERSPECTIVAS DE FUTURO**

Ficha técnica

Título: Actas da Mesa-Redonda. A Pré-história e a Proto-história no Centro de Portugal: avaliação e perspectivas de futuro (Mangualde, 26 e 27 de Novembro de 2011)

Coordenação: Domingos J. Cruz

Design da capa: A. Fernando Barbosa

Maquetagem e paginação: Tiago Gil

Propriedade: Centro de Estudos Pré-históricos da Beira Alta. Apartado 50 — 3501-908 Viseu. cepba@sapo.pt

Distribuição (edições em papel): Portico Librerías, Muñoz Seca, 6 — 50006 Zaragoza (Espanha). portico@librerias.es

ISBN: 978-972-99352-8-2 | *Suporte:* electrónico | *Formato:* PDF

Ilustração da capa: Pinturas e gravuras da Orca do Picoto do Vasco (Vila Nova de Paiva, Viseu)

Estudos Pré-históricos é uma publicação não periódica vocacionada para a divulgação de estudos e outros textos sobre o património arqueológico e a Pré-história do Centro de Portugal, em particular da região da Beira Interior. É seu objectivo contribuir para o conhecimento da ocupação pré-histórica do território, como também a divulgação e protecção do património arqueológico.

Este volume dos Estudos Pré-históricos foi publicado, em formato digital, em Dezembro de 2017

<http://estudospre-historicos.weebly.com>

CENTRO DE ESTUDOS PRÉ-HISTÓRICOS DA BEIRA ALTA

ESTUDOS PRÉ-HISTÓRICOS

VOL. XVII

Actas da Mesa-Redonda

A Pré-história e a Proto-história no Centro de Portugal: avaliação e perspectivas de futuro

Prehistory and Protohistory in the Center of Portugal: evaluation and future perspectives

Mangualde, 26 e 27 de Novembro de 2011

Coordenação

Domingos J. Cruz

VISEU

2012

ÍNDICE

Apresentação do volume <i>About this publication</i> , por Domingos J. Cruz	9
Palaeoenvironment and vegetation dynamimics in serra da Nave (Alto Paiva, Beira Alta, Portugal) during the Late Pleistocene and Holocene <i>Paleoambiente e dinâmica da vegetação na serra da Nave (Alto Paiva, Beira Alta, Portugal) durante o Plistocénico final e período Holocénico</i> , por José Antonio López Sáez, Isabel Figueiral e Domingos J. Cruz	11
Gravuras e pinturas em dólmenes. O “Grupo de Viseu” de E. Shee (1981) trinta anos depois <i>Engravings and paintings in dolmens. The “Viseu group” of E. Shee (1981) thirty years later</i> , por André T. Santos, Domingos J. Cruz e A. Fernando Barbosa	25
Ao longo da paisagem: o Alto Douro no 3.º milénio AC. Espaços e mobilidades <i>Along the landscape: the Alto Douro in the 3rd millennium BC. Temporary spaces and mobilities</i> , por João Carlos Muralha Cardoso	59
O Castro de Vila Cova-à-Coelheira (Vila Nova de Paiva, Viseu): a ocupação proto-histórica <i>The Castro of Vila Cova-à-Coelheira (Vila Nova de Paiva, Viseu): proto-historic occupation</i> , por Sílvia Loureiro Mendes	91
Da morte e seus rituais em finais da Idade do Bronze no Centro de Portugal: 20 anos de investigação <i>Death and its rituals at the end of the Bronze Age from the centre of Portugal: 20 years of research</i> , por Raquel Vilaça	101
Duas fibulas da I Idade do Ferro de Vila do Touro (Sabugal, Guarda) <i>Two fibulae from the 1st Iron Age of Vila do Touro (Sabugal, Guarda)</i> , por Salete da Ponte, Raquel Vilaça e Marcos Osório.....	135
Análise de um conjunto de machados do Museu Francisco Tavares Proença Júnior (Castelo Branco) — contributo para o seu conhecimento <i>Analysis of a series of axes from the Francisco Tavares Proença Júnior Museum (Castelo Branco) — contribution to his knowledge</i> , por C. Bottaini, R. Vilaça, M. Beltrame e A. Candeias, J. Mirão	147
Breve reflexão sobre os modelos preditivos em Arqueologia <i>Brief reflection on the predictive models in Archaeology</i> , por Marta Estanqueiro	161
Debates	
1ª sessão - Moderação: Thierry Aubry (IGESPAR/ Parque Arqueológico do Vale do Côa)	167
2ª sessão - Moderação: Maria de Jesus Sanches (FLUP. CEAUCP-FCT)	177
Resumos das conferências e comunicações apresentadas e não publicadas <i>Abstracts of unpublished communications</i>	189

DA MORTE E SEUS RITUAIS EM FINAIS DA IDADE DO BRONZE NO CENTRO DE PORTUGAL: 20 ANOS DE INVESTIGAÇÃO

DEATH AND ITS RITUALS AT THE END OF THE BRONZE AGE FROM THE CENTRE OF PORTUGAL:
20 YEARS OF RESEARCH

*Raquel Vilaça**

Resumo

A autora desenvolve um conjunto de reflexões sobre práticas e rituais funerários (e para-funerários) das últimas etapas da Idade do Bronze da região centro de Portugal, sublinhando a enorme diversidade de soluções adoptadas pelas comunidades, mesmo que vizinhas ou entre as próprias. Recuperam-se dados antigos, nem sempre valorizados, que se cruzam com outros resultantes de projetos de investigação desenvolvidos durante os últimos vinte anos. Impera a variabilidade que se traduz na forma de tratamento, acondicionamento, ritualização e memorização dos mortos. No conjunto, os vestígios não são visual e materialmente muito expressivos, permitindo pensar que a celebração da morte privilegiou não tanto os corpos, sua conservação e proteção, antes outras estratégias mais subtis, com múltiplas faces e disfarces, que a tornam, para nós arqueólogos, uma morte “fugidia”.

Palavras-chave: CEPBA; Idade do Bronze; Práticas funerário-cultuais; Diversidade.

Abstract

The author reflects about practices and funerary rites (and nearly-funerary) from the last stages of the Bronze Age in the Centre of Portugal, emphasising the wide diversity of solutions adopted by communities, amongst themselves or in comparison to their neighbours. The text retrieves old data, sometimes forgotten, crossing it with results from other research projects undertaken during the last twenty years. The dominant variability is expressed by handling, packing, ritualization and recollection of the dead. Overall, the remains are not that expressive, either visually or materially, allowing thinking that the celebration of death did not focus so much on the bodies, their conservation and protection, and rather privileged other more subtle strategies. Therefore, by having many faces and disguises, for us archaeologist, it becomes an “elusive” death.

Keywords: CEPBA; Bronze Age; Funerary-cultic practices; Diversity.

* Instituto de Arqueologia. Departamento de História, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (Portugal); Centro de Estudos Pré-históricos da Beira Alta: rvilaca@fl.uc.pt

1. O CEPBA

Pouco mais de vinte anos decorreram desde a criação do Centro de Estudos Pré-históricos da Beira Alta (CEPBA), em Viseu, a 30 de Abril de 1991. No decurso destas duas décadas, a investigação pré e proto-histórica do Centro do território português conheceu, em diversas frentes temáticas e sob responsabilidade científica de distintas equipas, ou de contributos individuais, profunda renovação. Avançou-se em termos de conhecimento empírico, cuja importância se releva porque acompanhado, de um modo geral, de adequado enquadramento teórico-metodológico e transdisciplinar, bem como da publicação da maioria dos resultados.

Neste processo, o contributo do CEPBA, através de projectos de investigação e de equipas lideradas por alguns dos seus associados desempenhou papel determinante, sobretudo na Beira Alta e Beira Baixa, palcos privilegiados da sua acção. Este Centro de Estudos soube ainda reunir, numa estratégia integradora, diversas entidades de distinta vocação, a saber:

- A Escola Pública, através da Universidade de Coimbra, com a formação de várias gerações de estudantes e a produção de conhecimento;
- O Poder Local, com o envolvimento directo de cerca de 25 câmaras municipais, cuja colaboração se expressou de diversos modos;
- O Estado, concretamente através do apoio da Fundação para a Ciência e a Tecnologia;
- Ainda o Estado, no diálogo com os seus organismos central e regionais de arqueologia;
- Instituições privadas, como a Fundação Calouste Gulbenkian, entidade a quem a Arqueologia tanto deve;
- O Associativismo cultural, tantas vezes na linha da frente na defesa e conservação do património arqueológico;
- Os Laboratórios (de antropologia, radiocarbono, arqueobotânica, arqueozologia, arqueometalurgia, etc.), elementos imprescindíveis na praxis científica da arqueologia hodierna.

A par e espelhando este cruzamento abrangente, a publicação regular dos resultados da investigação desenvolvida no seio do CEPBA tem sido promovida em diversos encontros e publicações, nacionais e internacionais. O incentivo, com positivos resultados, dado a trabalhos académicos, de doutoramento e de mestrado, sobretudo, traduz uma outra face dessa mesma realidade.

Mas, em termos editoriais, é sem dúvida na publicação da série *Estudos Pré-históricos* que o CEPBA se afirmou, e afirma, cientificamente, a nível nacional e internacional. Com quinze volumes publicados (desde 1993), a caminho de mais dois, neles encontramos cinco monografias de autor, dois de actas de dois colóquios, e cento e trinta e três artigos de inúmeros investigadores portugueses e estrangeiros, bem como de outros pequenos textos de divulgação; registe-se também o catálogo de uma exposição. Entre os temas tratados, de natureza e temática várias, é bem significativo o número que remete para as problemáticas funerário-cultuais ao longo da Pré-história e, especificamente, da Idade do Bronze.

É sobre elas que este texto se ocupa, em particular das últimas etapas deste período. Procura-se sistematizar alguns dos dados e partilhar reflexões¹. Todavia, tratando-se de um texto de natureza sintética, está condenado, em virtude disso, a deixar para segundo plano certos pormenores, particularidades ou detalhes, que só em certos casos serão relevados. É fundamental continuar a percorrer o insubstituível caminho das análises locais, monográficas, por estação e conjunto de estações.

Por outro lado, neste texto, o olhar, não se desviando das regiões mais interiores supra referidas eleitas pela linha de investigação do CEPBA, procura alargá-lo à área mais ocidental do Centro do território português, onde encontramos outras realidades. Ontem, tal como hoje, não é só a geografia que distingue o interior do litoral. Vivências e manifestações culturais também são expressões desses opostos, inclusive na morte.

¹ Alguns desses dados e reflexões foram recentemente apresentadas na Mesa-Redonda sobre “A Morte Protegida. Discursos arqueográficos e discursos mentais”, realizada em Abrantes (11 de Maio de 2013).

2. AS PRÁTICAS FUNERÁRIO-CULTUAIS NOS FINAIS DA IDADE DO BRONZE

As práticas funerárias dos finais da Idade do Bronze, tal como da Idade do Ferro, não são bem conhecidas no Centro-oeste e no Noroeste da Península Ibérica, bem como, de um modo geral, na sua fachada atlântica. Com estas palavras inicia-se o texto que, há 14 anos, avaliou e discutiu a informação então disponível para o Centro do território português e regiões limítrofes (VILAÇA e CRUZ, 1999).

Essa síntese, talvez insuficientemente divulgada, mas ainda assim, base de referência recorrente, mesmo que não explícita, em alguns trabalhos, inseria-se em projeto² do qual resultaram novos conhecimentos, na sua maioria já publicados, nomeadamente nas páginas desta série; outros sê-lo-ão em breve.

Não obstante os novos contributos, quer resultantes do próprio projecto, quer da investigação entretanto realizada por outros investigadores, as linhas gerais expostas naquele texto não sofreram alterações de fundo no que respeita à região Centro. Duas conclusões principais foram então apresentadas: por um lado, e em oposição aos discursos então dominantes, demonstrou-se existirem testemunhos materiais de carácter mortuário, com espaços próprios, embora nem sempre fáceis de identificar; por outro, defendeu-se a necessidade de reconhecer diversidade, i.e. não regularidade, das práticas e rituais funerários de finais da Idade do Bronze (VILAÇA e CRUZ, 1999: 84).

Assim, se alguma norma é perceptível, ela é, justamente, a ausência dela, seja pela variabilidade dos espaços, das estruturas, dos materiais, dos rituais, desde logo com a coexistência no tempo, não nos mesmos espaços, de inumações e de incinerações, seja pela apetência a uma certa invisibilidade com que a morte (não) se expressa, o que, por definição, deixa em aberto múltiplas hipóteses.

Face à identificação de novas estruturas tumulares e a valorização de situações conhecidas de há muito, procurou-se demonstrar também que a suposta ausência ou raridade de sepulturas nos finais da Idade do Bronze da fachada atlântica portuguesa resultava mais de generalizações interpretativas importadas do mundo atlântico extra-peninsular (deposição preferencial em meio aquático e práticas de incineração, por exemplo), do que propriamente das quase desconhecidas, mas ainda assim, evidências empíricas portuguesas. Aliás, os importantes trabalhos desenvolvidos por Philine Kalb e Martin Höck na região de Viseu tinham já refutado a opinião de que não existiam sepulturas desta época em Portugal (KALB e HÖCK, 1979).

Sublinhava-se ainda naquela síntese que, a par da imprescindibilidade da investigação sistemática neste domínio, o olhar não se podia confinar a uma perspectiva clássica de entendimento da morte reduzida a inumações e a incinerações formalizadas, de enterramentos em espaços concebidos ou reaproveitados para tal fim e devidamente acompanhados do designado “*espólio funerário*” (VILAÇA, 1999: 180; VILAÇA e CRUZ, 1999: 76). A morte, e seus rituais, vão mais além.

Recorde-se que é também fundamental encarar o fenómeno da morte nessas sociedades arcaicas não como um momento, mas como um processo desenrolado em vários actos traduzidos através de cerimónias fúnebres, com distintos tempos, cenários e intervenientes. É bem verdade que a existência envolve três (e não duas) fases: a vida, a morte e a transição de uma para a outra. As tumulações e os espaços funerários propriamente ditos são apenas parte, e não necessariamente a mais importante, de uma cadeia de rituais de passagem integrando, decerto, encenações várias: umas, materializáveis em actos, que às vezes deixaram rasto; outras, corporais, ou com suporte corporal (posturas, cânticos, preces, danças, gestos, olhares, etc.), esfumaram-se no próprio momento, sendo memórias perdidas, que mal cabem na Arqueologia.

Este é o primeiro desafio que o estudo da morte na região e tempo em análise nos coloca. Trata-se de uma morte “fugidia”, pouco expressiva, muitas vezes invisível, eventualmente dispersa e certamente nem sempre protegida, enfim, com múltiplas faces e disfarces, cujo rasto, quando existe, se traduz em

² O projeto de investigação, intitulado “Práticas Funerárias e/ou Culturais dos Finais da Idade do Bronze na Beira Alta”, foi aprovado em 1998 pelo Instituto Português de Arqueologia e deu continuidade a um outro, iniciado em 1993. Coordenados, este por Domingos Cruz e aquele pela autora destas linhas, envolveram um número considerável de pessoas, entre investigadores e estudantes, ligados a diversas instituições.

diversas e até inesperadas situações. E é também a primeira certeza: as comunidades replicaram com diversas respostas ao incontornável poder da morte.

O segundo desafio, de que aquele depende, é, evidentemente, a absoluta necessidade de prosseguir e multiplicar projetos de investigação centrados nestas problemáticas, pois são ainda muito insuficientes os dados e contextos bem caracterizados e apenas sugestivas algumas pistas que importará aprofundar. Porém, a abominável situação do mundo que hoje conhecemos, e que sentimos muito perto na nossa realidade do dia-a-dia, limita e condiciona de sobremaneira a criação e concretização de ambiciosos projetos, que exigem tempo e dinheiro. Há que percorrer, entretanto, outros caminhos, tentando explorar a informação disponível. Começemos por aí.

3. VELHOS ACHADOS, PROBLEMÁTICOS, MAS SUGESTIVOS

Entre aquelas pistas, contam-se antigos achados que, mesmo proporcionando sumária informação, e em alguns casos de reduzida precisão, serão sempre elementos a não ignorar. E em certas situações conservaram-se dados que, uma vez explorados, revelaram não só potencial mas também efetivo interesse.

O reestudo da necrópole de incineração do Paranho (Tondela) é um dos bons exemplos desta última situação, tendo sido possível cruzar informação arqueológica propriamente dita com a resultante de análises nos domínios antropológico, antracológico, arqueometalúrgico e de radiocarbono (CRUZ, 1997, 1999; FIGUEIRAL, 1997; SILVA e CUNHA, 1997). Infelizmente, não são conhecidos muitos outros testemunhos que possam ser assim explorados, neste caso também só possível mercê do irrepreensível registo para a época, promovido e com dados conservados, por José Coelho (COELHO, 1925) (Est. I e Est. II-1)³.

Se o Paranho é eloquente expressão de que se desenvolviam rituais de incineração em finais do II-inícios do I milénio a. C., a Roça do Casal do Meio (Sesimbra) (SPINDLER *et al.*, 1973-74) assumir-se-ia como inequívoco e magno exemplo de que, na mesma época, a inumação, aliás dupla, era igualmente aceite e praticada (Est. IV-1). Mas outras pistas, é certo bem mais vulneráveis, já apontavam isso mesmo.

Resgatemos da bibliografia mais antiga dois casos, ao que tudo indica, de natureza funerária, onde parece ser possível relacionar de modo estreito restos antropológicos e materiais metálicos do Bronze Final.

Em primeiro lugar, o conhecido colar de ouro do Casal de Santo Amaro, pertencente à quinta da Penha Verde (Sintra), parece que estaria associado a uma sepultura quando se revelou durante trabalhos efetuados numa pedreira (PEREIRA, 1896: 77). A peça e os ossos humanos encontrados ao pé estavam dentro de “*um espaço formado por duas bancadas de calcário e coberto por lajes toscas*” (VASCONCELOS, 1896: 20-21), conforme foi já valorizado (VILAÇA e CRUZ, 1999: 81; CARDOSO, 1999-2000: 387).

Estas informações não só parecem ser explícitas quanto à associação dos restos humanos ao colar, como definem um espaço funerário discreto de enterramento. Faz também algum sentido pensar na possibilidade, ainda que de cronologia desconhecida, da existência de uma necrópole, uma vez que “*a uns 100 metros de distância apareceram mais ossadas*” (VASCONCELOS, 1896: 21).

O colar (Est. II-2), podendo ser entendido como um “híbrido”, na medida em que associa três peças de tipo *Sagrajas-Berzocana* a um fragmento de bracelete de tipo *Villena-Estremoz* adaptado como fecho (ARMBRUSTER, 1995), seria também um dos raros casos em que se conjugam dois âmbitos tecnológicos cujas esferas de produção, circulação e consumo parecem ter sido controladas por entidades de poder diferenciadas (PEREA, 2005: 99).

A reduzida dimensão da peça (diâmetro maior de 13,5 cm) não facilitaria um uso como colar mas também parece excessiva para ser utilizada como bracelete. Leite de Vasconcelos considerou-a, por isso, um “*adereço de coxa*” (VASCONCELOS, 1896: 18), assumindo implicitamente, assim o julgamos, um uso feminino. É essa a ideia hoje partilhada por diversos investigadores para as jóias de tipo *Sagrajas-Berzocana*, a partir

³ Quando não se refere a autoria das imagens deve entender-se como pertencendo ao projeto “Práticas Funerárias e/ou Culturais dos Finais da Idade do Bronze na Beira Alta”. Agradece-se a Ana Cruz, Barbara Armbruster, João Luís Cardoso e Miguel Serra a cedência de algumas imagens.

da proposta de Almagro Gorbea (1977: 61) com base no estudo que Hawkes efectuou precisamente do colar de Sintra, sublinhando que “*Our colar was a woman’s*” (HAWKES, 1971: 47).

Nesta linha interpretativa, admitiu-se igualmente que este tipo de jóias pudesse corresponder a dotes de noivas de elevado estatuto expressando um tipo peculiar de sepultura, com deposições auríferas, mas sem restos humanos (RUIZ-GÁLVEZ, 1995: 54). Não parece ser essa a situação de Sintra, onde estes existiriam, mas como bem observou João Luís Cardoso (2000a: 67), esse carácter funerário não é incompatível com uma forma de armazenamento social de riqueza, interpretação também defendida por aquela investigadora.

A segunda situação que recuperamos encontra-se divulgada na bibliografia como um achado isolado (COFFYN, 1985: 34). Trata-se de uma ponta de lança encontrada em 1904 em Vendas das Figueiras (Cumieira, Penela), logo reproduzida por Guilherme Gameiro no seu *Álbum de Desenho. Arqueologia e Etnografia*, MEP, vol. I (Est. III), que não seria descabido classificar como depósito singular. Todavia, algumas informações da época apontam para outras possibilidades (VILAÇA, 2008: 82; 2015b).

Quer o jornal *O Século*, de 1 de Março de 1906, quer o *Diário de Notícias*, de 8 do mesmo mês e ano, noticiam escavações realizadas na proximidade de “Vendas das Figueiras” onde se encontraram “*umas ossadas debaixo d’umas lages de cantaria*” [...]; “*algumas têm forma rectangular, medindo 1,50 x 0,80 m e outras vêem-se quase todas enterradas*”; e ainda “*pequenos utensílios tais como pontas de lança*”. Em complemento, Leite de Vasconcelos ao referir-se à oferta da lança ao então designado Museu Etnológico, afirma que teria sido achada “*junto de umas lages por cima das que constituíram a sepultura a que se refere O Século*” (VASCONCELOS, 1913: 139).

Por outro lado, diz-nos a Monografia do Município Penelense que a norte de Vendas das Figueiras existiu o dólmen do Laço, onde se encontrou a lança de cobre e um alfinete do mesmo metal (JARNAUT, 1915: 81-82). Este autor localiza o outeiro do Laço na encosta sueste do Castelo do Sobral (S. Miguel) e refere também a existência de sepulturas próximas que forneceram “*objectos grosseiros de barro*”.

Como é óbvio, todas estas informações são algo dissonantes, o que também não será de admirar, tendo em conta que são notícias antigas relativas a acontecimentos que nem sempre foram testemunhados por quem os relata. Mas parece ser inequívoca a existência de um contexto funerário tendo em conta a existência de ossadas. Mais dúbio são o(s) tipo(s) de sepulturas e a sua associação directa à lança e a outros materiais.

Estes dois casos, problemáticos mas sugestivos, apontam, em primeiro lugar, para a possibilidade, mais incerta no segundo exemplo, de práticas de inumação com espaços estruturados e definidos. Em segundo lugar, reportam-se a situações em que estão presentes artefactos metálicos, de bronze e de ouro. Em terceiro lugar, e a confirmar-se, teríamos também de relativizar a ideia de que os espólios funerários no Bronze Final dispensaram as armas (VILAÇA e CRUZ, 1999: 87 e nota 32).

4. A QUESTÃO DAS GRUTAS

Como é sabido, na parte mais ocidental da fachada atlântica do Centro do território português desenvolvem-se, desde o sul de Aveiro à península de Setúbal, diversas manchas calcárias onde se formaram grutas naturais muitas delas utilizadas pelas comunidades humanas desde época remota e, frequentemente, com reutilizações ou revisitações na longa diacronia. O carácter funerário de muitas delas está, pois, plenamente comprovado, assim como também é inequívoca a utilização de algumas por comunidades do Bronze Final, como dão conta diversos materiais cerâmicos e metálicos nelas recolhidos.

A questão que agora se coloca é saber se os testemunhos reportáveis a esta época serão de natureza especificamente funerária, de carácter primário ou secundário, ou se devem antes ser inseridos num quadro cultural mais abrangente de práticas cerimoniais. A resposta não é simples e a insuficiência do conhecimento dos contextos de origem em nada ajuda.

Se esta situação muito deve ao facto de, na maioria dos casos, se tratar de trabalhos antigos ou de achados casuísticos, com as limitações conhecidas, como bem ilustram, por exemplo, os interessantes

achados da Gruta da Marmota (Alcanena) (GONÇALVES, 1972) e de outras grutas da serra de Montejunto (Cadaval) (GONÇALVES, 1990-92), a verdade é que mesmo escavações mais recentes não proporcionaram dados inequívocos. A título de exemplo, tomemos o caso da Gruta do Caldeirão (Tomar), onde se encontraram cerâmicas da Idade do Bronze às quais se atribuiu apenas um “*possível carácter funerário*” (ZILHÃO, 1992: 117).

Afigura-se muito sugestiva a hipótese que valoriza o carácter sagrado das grutas, mas não especificamente funerário. Muitas delas, com associação à água, seriam espaços de deposição de oferendas a divindades aquáticas e ctónicas e por isso foram designadas por “*grutas-santuário*” (GOMES, 1992: 121). Para o período em análise, testemunhos cerâmicos, designadamente de ornatos brunidos, e metálicos encontrados nas grutas deverão traduzir actos de sacralização desses espaços mediante a deposição de objectos, ou de fragmentos deles, como João Luís Cardoso bem ilustrou para a Baixa Estremadura (CARDOSO, 2000a).

Em articulação com esta linha interpretativa, uma outra se coloca ao considerar que certos depósitos metálicos poderiam estar relacionados simbólica e metaforicamente com a morte, embora não envolvessem especificamente deposições e espaços sepulcrais de inumação ou de incineração. Corresponderão àquilo que se considerou, precisamente há cem anos, não serem mais do que depósitos funerários de um tipo particular (SIRET, 1913: 419), isto é, sem restos humanos.

Esta precoce percepção não deixa de se inscrever numa certa perspectiva que explora caminhos mais subtis de apreensão das manifestação da morte. O conceito de “testemunhos funerários” talvez seja redutor, na medida em que a morte poderá estar presente, mas sem se expressar visivelmente como tal, quer dizer, manifestando-se antes através de referenciais funerários, mas não mortuários, que somente a evocam.

Neste sentido e para a região em análise, é talvez ousada, sem quaisquer outros indicadores, a proposta da possibilidade de “*existir uma necrópole do Bronze Final na Gruta de Alvados (Porto de Mós)*”, em função do achado, durante trabalhos de exploração de uma pedra⁴, da empunhadura de uma espada de bronze (BATATA *et al.*, 1999: 29) que, cremos, aliás, se mantém inédita. Poderá tratar-se antes de depósito simbólico no quadro das práticas ritualizadas de deposição do metal, até mesmo evocando a morte, como se referiu, tendo em conta o tipo de artefacto, uma espada, que simbolizaria poder e morte. O facto de se encontrar fracturada poderia reforçar tal ideia num cenário de quebra ritual de objectos. Por outro lado, a parte conservada e depositada, da empunhadura, mais diretamente associada ao proprietário, poderia ter sido preservada como relíquia, tal como se considerou para outras situações europeias (BRADLEY, 2005: 155).

Igualmente precipitado seria atribuir à Gruta da Nascente do Algarinho (Penela) um carácter funerário, em função do achado, em 2001, de uma ponta de lança de alvado aí casualmente recolhida, a cerca de 50 m da entrada, numa canaleta lateral existente ligeiramente acima do leito da cavidade; presume-se que terá vindo à superfície por arrastamento provocado pelo aumento dos caudais registados naquele ano (PESSOA, 2003). Estudada por este investigador foi, posteriormente, sujeita à realização de análises elementares (Espectrometria de Fluorescência de Raios X e Micro-Fluorescência de Raios X) e microestruturais (Microscopia Óptica) que confirmaram, como se esperava, tratar-se de um bronze binário, com uma média do teor de estanho de 11% (FIGUEIREDO *et al.*, 2011).

Numa leitura menos analítica e mais sócio-simbólica, admitiu-se carácter ritual para a deposição da peça (sintomaticamente sem vestígios de uso), atendendo ao tipo de contexto, numa aproximação à ideia de “*grutas-santuário*” antes referida, neste caso duplamente reforçado pela presença também da água e, em concreto, num sítio relacionado com a nascente (VILAÇA, 2007: 45-46).

Mas é de colocar ainda a eventual possibilidade de a gruta ter protegido efectivamente a morte. É que, já depois do achado da lança, foram recolhidos no seu interior três crânios humanos (um adulto masculino e dois femininos) e um fémur depositados numa cavidade do espaço cársico. Um dos crânios femininos apresenta possível marca de trepanação (CUNHA *et al.*, 2008)⁴. Claro que seria fundamental confirmar a contemporaneidade da lança e dos restos antropológicos, o que implicaria sujeitá-los, se

⁴ Agradecemos a Eugénia Cunha a possibilidade de aceder ao relatório sobre o estudo antropológico que coordenou.

oferecessem condições, a datação pelo Carbono 14, já que a cronologia daquela não coloca problemas de maior. Por ora, e ainda que como mera hipótese de trabalho, não deve ser afastada a ideia da gruta ter tido uso também funerário no Bronze Final, mas o assunto está em aberto (VILAÇA, 2015b).

Mais segura é a utilização, na mesma região, de uma outra gruta com fins funerários e cultuais, datável de uma fase muito tardia do Bronze Final, já de transição para a Idade do Ferro (VILAÇA, 2008: 82, 85). Trata-se da Gruta de Medronhal (Arrifana, Condeixa-a-Nova) onde, em meados do século passado, foram recolhidos, além de restos humanos e de animais, 37 artefactos de bronze (1 fíbula de dupla mola, 5 braceletes, 2 anéis, 1 pequeno aro e 28 argolas), estando em preparação o estudo final conjunto⁵. Note-se, de novo, a presença de metais, maioritariamente objetos de adorno ou afins (Fig. 2), ausência de armas, aspectos que a publicação monográfica não deixará de explorar. Concluído encontra-se já o estudo arqueométrico das peças metálicas (FIGUEIREDO *et al.*, 2013) e uma primeira abordagem do histórico dos achados, dos restos ósseos humanos e não humanos, e da valorização arqueológica (VILAÇA *et al.*, no prelo).

No campo de estudo das práticas funerárias e cultuais, as grutas, sendo lugares naturais por excelência (BRADLEY, 1993: 29), propícios a encenações do foro cultural e de comunicação entre mundos opostos, revelam inúmeros testemunhos muito sugestivos de deposições de diversa ordem. Sem dúvida que a questão da (re)utilização e (re)visitação das grutas do Centro do território português é assunto de enorme riqueza a merecer revisão sistematizada, de índole pluridisciplinar.

5. MARCAS DE ANCESTRALIDADE

No quadro da pluralidade de acções e reacções perante a morte por parte das comunidades de finais da Idade do Bronze no espaço em análise, contam-se aquelas que expressam, de diversa forma, uma ligação ao passado ou, se quisermos, uma perduração do passado no (seu) presente, evidenciando tradições e raízes que se mantiveram, naturalmente reinterpretadas, filtradas e esculpidas pelo tempo, utilizando a conhecida metáfora de Marguerite Yourcenar.

A mais expressiva manifestação deste fenómeno corresponde à apropriação física e simbólica de antigos espaços, lugares e contextos, ou seja, de preexistências que podemos sistematizar em, pelo menos, três tipos de situações.

A primeira, acabámos de a referir, corresponde à reutilização de grutas como espaços funerários e cultuais de longa duração. Embora com os problemas antes enunciados, e outros, é muito provável que determinadas comunidades tenham continuado a enterrar os seus mortos em grutas, como faziam seus antepassados, numa certa linha de continuidade, mesmo sujeita a interrupções.

A segunda integra as situações em que se reusam, com ou sem alterações, antigas estruturas e seus espaços periféricos. É neste conjunto que podemos integrar a reutilização de monumentos megalíticos, com toda a carga simbólica, mesmo fascinante, que sempre exerceram ao longo do tempo. Este fenómeno, que se manifesta de distintos modos, é conhecido em muitas regiões e assume temporalidades múltiplas. Philine Kalb não o ignorou, precisamente nas páginas desta série (KALB, 1994), mas só conhecerá renovado interesse nos últimos anos, sobretudo a partir dos trabalhos resultantes da interessante investigação desenvolvida no Sudoeste peninsular por alguns investigadores, como é o caso de García Sanjuán (2005 e diversos textos ulteriores).

Sem pretendermos explorar demoradamente o assunto neste momento, registem-se algumas situações relativas à Beira Alta. Uma delas é a de Rapadouro 1 (Pendilhe), monumento com *tumulus* em pedra (*cairn*), em cuja câmara, rectangular, foram recolhidos alguns ossos humanos com indícios de terem sido submetidos ao fogo, com cronologia radiocarbónica do Bronze Final (CRUZ, 2001: 111-113; 185). Um outro é o monumento 2 de Fonte da Malga (Côta, Viseu), megalítico, de câmara simples, em cujo *tumulus* foi inserida uma cista correspondendo a tumulação secundária datável de finais da Idade do Bronze (KALB e HÖCK, 1979; KALB, 1994).

⁵ Os materiais e restos antropológicos e zoológicos foram casualmente identificados pela autora deste texto entre as coleções do Museu de Antropologia da Universidade de Coimbra. Agradece-se aos seus responsáveis a autorização para o respetivo estudo, em fase de conclusão (em colaboração com João Luís Cardoso, Ana Maria Silva, Huet Bacelar Gonçalves, Fátima Araújo e Elin Figueiredo).

Outros possíveis indícios de reutilização de antigos monumentos megalíticos correspondem a achados de materiais dispersos, os quais podem apontar, no entanto e tão-só, para visitas sem qualquer reutilização efectiva, i.e. formalizada, seja em finais da Idade do Bronze, seja da Idade do Ferro ou já em época histórica.

Nesta situação poderá talvez ser incluído o fragmento cerâmico proveniente das camadas superficiais da câmara da Orca do Picoto do Vasco (Pendilhe), cuja tipologia remete para finais daquele período ou mesmo já para inícios da Idade do Ferro (CRUZ, 2001: 186 e fig. 74-3). Um outro caso poderia ser o da peça metálica encontrada à superfície no dólmen da Cunha Baixa (Mangualde), cuja atribuição ao Bronze Final levanta, porém, algumas dúvidas, tendo até em conta os resultados das análises de composição química (NUNES *et al.*, 1989).

Se, da Beira, passarmos à Estremadura, confrontamo-nos com uma outra situação mais complexa correspondente às estruturas de tipo *tholos* com materiais do Bronze Final. A problemática de estes corresponderem a reutilizações desses espaços, de época calcolítica, ou, pelo contrário, estarem em alguns casos directamente articulados com a sua construção, é pertinente.

Este assunto, a seu tempo equacionado (VILAÇA e CRUZ, 1999: 80), viria a merecer atenção no âmbito da revisão de estudos de casos, como sucedeu com a Roça do Casal do Meio (Sesimbra) (CARDOSO, 1999-2000: 400-405; 2000 b), ou com a escavação de novas situações, como a do interessante *tholos* do Malhanito (Alcoutim), aqui fora do limite geográfico deste trabalho, e para o qual estão disponíveis diversas publicações com resultados compilados recentemente (CARDOSO e GRADIM, 2011: 76-99).

Quanto àquele (Est. IV-1), que tivemos ocasião de rever minuciosamente (VILAÇA e CUNHA, 2005), já os responsáveis pela escavação tinham admitido poder ser estrutura indígena de tipo *tholos* reutilizada no Bronze Final (SPINDLER *et al.*, 1973-74: 117-118), hipótese posteriormente valorizada (BELÉN *et al.*, 1991: 237). O assunto não é, porém, de inequívoca leitura, pois também foi referida a recolha, em níveis de construção do monumento, de fragmentos cerâmicos correspondentes a taça carenada típica do Bronze Final (SPINDLER *et al.*, 1973-74: 124 e 149). Mas importa reter que, na hipótese de reutilização para acolher os dois varões inumados por volta do séc. X a. C., também terá sido feita completa “limpeza do passado” do interior da câmara, de que não há (ou não restam?) quaisquer vestígios (VILAÇA e CUNHA, 2005).

O monumento foi alvo de revisitação mais recente por parte dos arqueólogos no quadro do projecto “Valorização de Património Arqueológico, no âmbito da candidatura: Arrábida a Património Mundial”⁶. A eventual recolha de novos contributos, nomeadamente relativos à sua cronologia de construção e de ritualização do espaço fronteiro e exterior ao monumento, nunca explorado, são expectativas legítimas.

A terceira situação compreende casos em que, de facto, se constrói de novo, sobretudo pequenos *tumuli*, mas em lugares adjacentes ou na órbita de antigos monumentos, que não chegam a ser directamente re-sacralizados. Trata-se, aqui, de um processo de natureza distinta do anterior, em que se alteram e complexificam os mesmos sítios com a recriação de novos cenários, perdurando o simbolismo ancestral do lugar sagrado. Parafraseando David Fontijn, podemos dizer que “*mounds attracted mounds*” (FONTIJN, 2007: 73). Esta situação parece ter sido a estratégia de diversos grupos humanos, como foi possível constatar em algumas situações na Beira Alta.

Um dos casos mais emblemático e minuciosamente estudado encontra-se no extenso plateau da Sr.^a da Ouvida (Castro Daire). Cerca de três dezenas de pequenos *tumuli* (diâmetros entre 5 e 10 m), de distinta cronologia (entre c. 1450/1400 e 800 a.C.) e onde também estão presentes mamoas de maior dimensão e volumetria (sobretudo na periferia da necrópole), incluindo uma antela, dão corpo a um verdadeiro “campo sagrado” (CRUZ e VILAÇA, 1999). Cinco desses monumentos foram escavados (Est. IV-2), tendo sido possível verificar a inexistência de estruturas de tipo cista ou fossa; em seu lugar lajes, blocos e depressões naturais no afloramento definiam espaços centrais. A presença de nítidos vestígios de restos de madeira carbonizada sob alguns dos *tumuli*, embora residuais, permitiram formular a hipótese de que corresponderiam a restos de incinerações efectuadas em pira nas imediações.

Situação algo similar também se verificou no núcleo de Caramelo-Marzogueira (Caparrosa, Tondela)

⁶ Da responsabilidade da Associação de Municípios da Região de Setúbal, colaboramos no projeto como consultora científica do consórcio Palimpsesto/Arqueohoje para os trabalhos de arqueologia e conservação/restauro.

constituído por, pelo menos, oito *tumuli*, dois deles envolvendo estruturas megalíticas e os demais de pequena dimensão, admitindo-se para estes cronologia do Bronze Final (SANTOS e AVELEIRA, 2003: 129). Neste caso, a inexistência de escavações impede desenvolver outras considerações.

Um terceiro exemplo materializa-se na necrópole dos oito monumentos da Fonte da Malga, dois dos quais megalíticos (um de câmara e corredor, outro de câmara simples). Aqui se conjuga a dupla situação da inclusão de uma cista no *tumulus* do monumento 2, atrás comentado, e a construção de novos monumentos não megalíticos, como o monumento 1, com 6 m de diâmetro, que possuía pequena cista central envolvida por *cairn* delimitado por círculo de pedras, atribuída ao Bronze Final também pelo fragmento cerâmico aí recolhido (KALB e HÖCK, 1979) (Est. V-2).

Portanto, relativamente ao seu Passado, certas comunidades de finais da Idade do Bronze também se expressaram, na morte, de modo variável. Algumas conferiram e reforçaram a importância da carga simbólica de antigos lugares, com distintas soluções, num processo de aglutinação de temporalidades múltiplas. Trata-se de lugares cuja temporalidade é, na essência, “*a temporality of sequence*” (LUCAS, 2005: 39).

6. PAISAGENS TUMULARES, UMA REALIDADE EM PROCESSO DE CONHECIMENTO

Pequenos *tumuli* como estes que acabámos de comentar também podem ocorrer, aliás mais frequentemente, em áreas onde não há indícios de dólmenes (ou de estruturas mais antigas), como se verificou, por exemplo, com os quatro monumentos do Pousadão (Vila Nova de Paiva) (CRUZ *et al.*, 2000) (Est. V-1).

Assim, e em paralelo com o fenómeno descrito no ponto anterior, outras realidades como esta, materializada pela fundação de novos agrupamentos, parece traduzir uma dinâmica paralela, pelo menos a partir de finais do Bronze Médio-inícios do Bronze Final, agora pautada pela apropriação de novos territórios. Sem margens para dúvidas, “*as populações da Idade do Bronze não se limitaram à reutilização dos antigos sepulcros*”. Têm também, como bem notou Domingos Cruz, “*soluções próprias que passam pela construção de tumuli não monumentais*” (CRUZ, 2001: 266).

Conforme já ficou manifesto, diversas intervenções arqueológicas neste tipo de monumentos, sobretudo na Beira Alta e no âmbito de projectos do CEPBA, proporcionaram também um melhor conhecimento “anatômico” das suas estruturas, construção e implantação na paisagem.

Trata-se de pequenos *tumuli* que privilegiam cumeadas e plataformas sobranceiras aos vales; possuem diâmetros e volumetrias de reduzida expressividade na paisagem em termos topográficos, mas marcam-na visualmente pelo contraste bicromático resultante do uso recorrente de blocos de quartzo na cobertura dos seus *tumuli*, os quais, decerto, também assumiriam elevado poder simbólico; em alguns casos, na busca de uma maior marcação espacial, as populações parecem ter privilegiado a proximidade de afloramentos naturais, como ocorreu justamente com os de Pousadão, implantados junto a expressiva concentração de afloramentos graníticos, numa simbiose em que cultura e natureza se con(fundem); as estruturas e conteúdos são diversos, com fossas, cistas, estruturas cistóides, espaços centrais definidos por blocos, cinzas, carvões, vasos ou fragmentos de vasos, restos de fogueiras, etc., variabilidade por vezes presente nos mesmos conjuntos, o que poderá indicar complexos rituais repartidos entre as várias construções com distinta função, especificamente funerária e relacionada com outras acções rituais no contexto de práticas associadas à morte (CRUZ e VILAÇA, 1999: 159; CRUZ *et al.*, 2000: 147; CRUZ, 2001).

Este último aspecto é importante, parecendo refletir a repartição de acções e de gestos, porventura complementares, por distintos espaços de uma mesma necrópole ou complexo funerário-ritual. O caso do grupo de *tumuli* da Casinha Derribada (Mundão, Viseu) é particularmente sugestivo neste ângulo de análise (CRUZ *et al.*, 1998).

Portanto, constroem-se *tumuli* que não servem de moradia aos mortos. São túmulos vazios, cenotáfios, sem corpos ou nem sequer mesmo com vestígios de seus restos, inumados ou cremados. São, sobretudo, “*tumuli* silenciosos”. Mas terão servido de espaços cerimoniais com aqueles conectados. As

comunidades investem em memoriais da morte mas não explicitamente na sua preservação.

A cronologia está igualmente determinada para alguns casos. Estaremos perante fenómeno construtivo que poderá recuar ao Bronze Inicial, como expressa o monumento 2 da Serra da Muna (Viseu) (CRUZ *et al.*, 1998a), mas recaindo sobretudo nos finais do Bronze Médio e Bronze Final, como revelaram o monumento 3 de Casinha Derribada (Viseu) (sécs. XV-XII a. C.) (CRUZ *et al.*, 1998b) e Senhora da Ouvida 7 (Castro Daire) (sécs. XIV-XII a. C.) (CRUZ e VILAÇA, 1999) (Est. IV-2).

Todavia, a questão da cronologia é aspecto que importa aprofundar, admitindo-se a possibilidade de alguns poderem ter chegado à Idade do Ferro (SANTOS e MARQUES, 2007: 40), ou até mesmo a épocas históricas (Idade Média), cronologias, aliás, em que se enquadram construções similares de outras áreas peninsulares como, por exemplo, algumas das mais de 1100 registadas na área pirenaica (PEÑALVER, 2005: 302). É muito plausível que o fenómeno se traduza por assinalável perduração no tempo, o que também poderia ajudar a entender a diversidade de situações, as quais não têm, por conseguinte, de ser entendíveis apenas por diferentes funções e tradições culturais, nem, tão-pouco, por modos distintos de organização económica, social, política e ideológica (CRUZ *et al.*, 1998b: 51).

A par destes pequenos monumentos com *tumuli*, uma outra realidade parece ter sido adoptada: também se construíram pequenos monumentos, ou recintos, mas desprovidos de *tumuli*. O melhor exemplo conhecido é o de Travessa da Lameira de Lobos (Cujó, Castro Daire), monumento plano definido perifericamente por um círculo de pedras fincadas (Est. VI-1) (CRUZ e VILAÇA, 1999: 132; CRUZ, 2001: 331; VILAÇA *et al.*, no prelo).

Embora com todas as diferenças, nomeadamente no tipo de estruturas interiores, esta solução de, física e simbolicamente se demarcar o espaço da morte por um anel pétreo, foi adoptada em outras situações como no Paranho, onde existia uma “*fila circular de pedras vedando um recinto*” (COELHO, 1925: 14). Igualmente com diferenças que é necessário reconhecer, lajes colocadas originalmente em posição vertical e justapostas (CARDOSO *et al.*, 1998: 328 e 331) também definiam o espaço das duas estruturas subcirculares do Monte de São Domingos (Malpica do Tejo, Castelo Branco), a que voltaremos adiante.

Deve ser ainda sublinhado que estes círculos pétreos protectores da morte, ou da sua evocação, podem incorporar outros marcadores simbólicos, como são as grafias que algumas lajes ostentam. É de novo no monumento da Travessa Lameira de Lobos que encontramos em pleno essa representação (Est. VI-2), que oportunamente será disponibilizada, com a esmagadora maioria das lajes decoradas, quer com composições reticuladas, quer com semicírculos (SANTOS e MARQUES, 2007: 39; VILAÇA *et al.*, no prelo).

Todavia, a presença de lajes decoradas em estruturas funerário-cultuais de finais da Idade do Bronze não é novidade. Novidade é a quantidade de lajes decoradas naquele monumento. O seu conhecimento advém já da escavação da Casinha Derribada 3 (Mundão, Viseu) (Est. VII-1), cuja fossa central, onde se depositaram quatro vasos, foi tapada por laje gravada com reticulado (CRUZ *et al.*, 1998b). Quaisquer que tivessem sido os seus conteúdos, terá sido tripla a sua protecção: pelos vasos, a nível micro-contextual; pela tampa de pedra, vedando fisicamente o acesso; pela “rede” representada em termos figurativos na gravura.

Na verdade, não é descabido, e ainda que no campo das hipóteses, admitir que esta matriz iconográfica, igualmente presente no monumento 2 do Rochão (Viseu) (SANTOS e MARQUES, 2007), se assuma como metáfora de teia ou rede simbolicamente protectora do mundo dos mortos.

E, num outro ângulo de análise, com base no levantamento dos diversos casos conhecidos, incluindo os de contextos de habitat onde também estão presentes, caso de Canedotes (Vila Nova de Paiva) (CANHA, 1999), aqueles investigadores exploraram a interessante problemática da portabilidade dessas lajes decoradas enquanto elementos “*semi-fixos*” de um cenário, tal como foi definido por Rappaport (SANTOS e MARQUES, 2007: 42).

Por conseguinte, estas lajes com reticulados, e outros motivos, como sucede no monumento da Travessa Lameira de Lobos, configuram, assim, uma linha de pesquisa de grande potencial, a que não deve faltar, como hipótese de trabalho, quer a possibilidade de existirem lajes originalmente pintadas, quer de se tratarem de elementos potencialmente ubíquos, entre a vida, nos povoados, e a morte, nos *tumuli*, com profundo significado.

Mais certa é a necessidade de prosseguir o estudo deste tipo de monumentos que, como se viu nestas reflexões, e não obstante determinados elementos caracterizadores transversais, integram uma multiplicidade de situações nos mais diversos campos. E a verdade é que por detrás de uma aparente similitude, de um ilusório isomorfismo, as soluções parecem ter sido bem diversas, como há muito se tipificou para outras situações, por exemplo, do “país de Gales” (LYNCH 1972 *apud* BRADLEY, 1998: 134).

Também nunca será demais sublinhar que entre todas essas realidades construtivas estão presentes estruturas não estrita ou exclusivamente funerárias, se bem que relacionáveis com rituais mortuários, evocando cerimoniais de elevada complexidade (VILAÇA e CRUZ, 1999: 87). A plurifuncionalidade desses espaços não pode ser ignorada. Ainda que com cronologia precisa por determinar, o interessante caso da pequena estrutura de Vale de Mós 1 (Oleiros) recentemente escavada (CANINAS *et al.*, 2009), correspondendo a empedrado delimitado por anel pétreo periférico como que definindo uma espécie de plataforma a céu aberto e que, justamente, não prestou quaisquer vestígios de práticas incineratórias, integra-se nesses cenários performativos de índole cultural conexos à morte.

Por outro lado, à primacial descoberta e caracterização dos diversos núcleos da região de Viseu/Vila Nova de Paiva/Castro Daire, a seu tempo sistematizados (CRUZ, 2001), com alguns conjuntos (ou elementos de conjuntos) escavados, registam-se, posteriormente, muitos outros agrupamentos de pequenos *tumuli* nos distritos de Aveiro, Coimbra, Guarda e Castelo Branco, nestes casos em Oleiros/Proença-a-Nova e Sabugal/Penamacor (CANINAS *et al.*, 2008; 2009).

Da sua distribuição geográfica e topográfica infere-se que estas “paisagens tumulares” circunscrevem-se (pelo menos em função dos casos preservados e conhecidos) a ambientes montanhosos, privilegiam as terras do interior, mas não deixam de estar presentes nas serranias mais ocidentais, de proximidade com a chamada Orla Sedimentar Mesocenozóica, como bem ilustra o recente estudo do Penedinho Branco (Vila Nova, Miranda do Corvo) (CANINAS *et al.*, 2012).

7. O PODER DO FOGO, NOS CORPOS E NO RESTO

A importância dos rituais do fogo associados directa ou indirectamente às práticas funerárias na Idade do Bronze do Centro de Portugal é uma evidência que se expressa de distintos modos. Embora centrados nesta região e período, a complexidade do assunto aconselharia, num outro contexto, uma abordagem destas problemáticas perspectivada a uma escala mais ampla, seja em termos de espaço — toda a fachada atlântica da Península Ibérica —, seja a nível diacrónico — do Neolítico à Idade do Ferro.

Importa também reter que a emergência ou a afirmação da incineração não traduz apenas uma alteração de ritual. É, sobretudo, um paradigma diferente de entendimento da materialidade do corpo humano, que perde importância, pois é total ou parcialmente destruído, e não necessariamente depositado no seu todo, ou sequer só em parte. O certo é que o foco de atenção parece transferir-se do corpo físico para a sua memória vestigial ou imaterial, que se preserva através de outros rituais e de outras práticas.

Entre as inúmeras questões que poderão enriquecer o debate, lembraríamos as seguintes:

- A questão dos tempos e dos modos de origem e de adopção das práticas incineratórias;
- A questão da cremação “*douce*” e da incineração “*dure*”, conforme ZAMMIT (1991) as definiu;
- A questão do binómio, e conseqüentemente da fronteira, entre inumação e incineração;
- A questão do que era submetido ao fogo: só os corpos, vestuário e adereços também?;
- A questão da protecção e do resguardo, onde e em que espaços eram depositados os restos incinerados (fossas, urnas, etc.), ou o seu contrário, com cinzas espalhadas na terra, lançadas à água, etc.;
- A questão do premonitório número de indicadores, explícita ou sugestivamente associados a incinerações ao longo do que se poderá designar como “Linha do Tejo”;
- A questão do bi-ritualismo no Bronze Final, de quem o praticava (comunidades distintas ou as mesmas em função dos estratos sociais, de níveis etários, etc.?) e da sua prevalência na Idade do Ferro.

Começando por esta última, tem de se reconhecer que são insuficientes os dados a suportar uma análise consistente e aprofundada. Apenas se poderá dizer que a adopção endógena ou alógena da

incineração em finais da Idade do Bronze, e certamente a sua generalização, não implicou abandono do ritual de inumação, conforme sublinhámos antes (cf. Quadro I). Se bem que com graus de informação de qualidade distinta, casos como o da Roça do Casal do Meio, o de Medronhal, ou o do Casal de Santo Amaro, já referidos, podem ser apontados como suporte dessa ideia. É, assim, defensável a coexistência dos dois rituais básicos — inumação e incineração —, mas não é possível saber se esse bi-ritualismo temporal (séc. XI/X-VIII a. C.) seria praticado por comunidades culturalmente distintas ou afins, ou mesmo variável no seio de cada grupo, nem se algum deles prevaleceu nos séculos seguintes no Centro de Portugal.

Num outro registo, a ideia de que a incineração seria datável do Bronze Final e de que andaria exclusiva ou fundamentalmente a par da questão dos chamados “Campos de Urnas” deve ser muitíssimo relativizada e liminarmente afastada para determinadas situações. Aliás, em termos europeus, é bem sabido que a incineração foi praticada pelo menos desde o Neolítico Antigo (ZAMMIT, 1991: 70, entre outros), sendo certo que se terá generalizado sobretudo, e em certas regiões (v.g. Hungria, Inglaterra), a partir do Bronze Antigo (HARDING, 2003: 120).

A nível peninsular, ainda se continua a admitir a existência de três focos independentes em finais da Idade do Bronze-inícios da Idade do Ferro para a adopção da incineração: um continental, a partir da Catalunha, associado ao fenómeno dos “Campos de Urnas”; um mediterrâneo, fenício e/ou pré-fenício; um atlântico, chegado por via marítima, tal como o anterior (PELLICER CATALÁN, 2008).

A origem atlântica tinha sido já inicialmente defendida por Ana Bettencourt para o Noroeste da Península, remetendo o fenómeno para o Bronze Médio (BETTENCOURT, 1995: 113), cronologia recentemente corrigida pela própria investigadora mercê de novas evidências, que apontam agora para o Calcolítico Final (BETTENCOURT e MEIJDE, 2009).

Esta antiguidade, remetendo para meados do III milénio a. C., foi também recentemente determinada para a região sul e interior, em contextos completamente distintos, com as cremações de restos humanos encontradas nos Perdigões (Reguengos de Monsaraz), dados em curso de estudo coordenados por António Valera, que vêm enriquecer a discussão desta interessante problemática.

Para a região Centro não se conhecem, de momento, elementos publicados que remetam esta prática para o período Calcolítico, ou Neolítico.

A plausibilidade de uma quarta origem, na própria Península Ibérica, de feição multipolar, sem tal significar exclusão das demais, não deve ser, porém, negligenciada porque, afinal, é também necessário e sobretudo reconhecer, pelos vistos e para além das discrepâncias cronológicas, que não há uniformidade no próprio ritual de incineração. A comprová-lo, tome-se como exemplo, e focando-nos numa única necrópole, Les Moreres (Crevillante, Alicante), a existência de cinco modos distintos de incineração datados do séc. IX-VII a. C., advogando o seu escavador uma origem autóctone para este ritual, a partir do Calcolítico (GONZÁLEZ PRATS, 2002: 391).

O modo como tem sido formulada a questão talvez obstaculize o seu pleno entendimento. É que nem tudo o que é novo vem de fora, nem tudo o que se conhece é adoptado, nem o problema em si é redutível ao binómio inumação-incineração, uma das questões acima enunciada. Nem se pode abordar o problema com pressupostos radicais de substituição da primeira pela segunda (VILAÇA *et al.*, 1999: 17). Entre estes dois estádios, há lugar para um terceiro, ou um outro, que, não correspondendo a incinerações formalizadas, recorre e manipula o fogo em práticas inumatórias.

Efectivamente, o poder material, e simbólico, do fogo, porque transformador, exercido sobre os corpos, não deve ser confundido em exclusivo com práticas de incineração dos corpos, com ou sem posterior recolha, total ou parcial, em urna, fossa, covacho, etc. Restos de esqueletos parcialmente queimados ou com vestígios de fogo têm sido reconhecidos em monumentos megalíticos, como testemunham, por exemplo, os da anta da Bola de Cera (Marvão) (OLIVEIRA, 1998: 448 e 451), ou os da já referida gruta da Marmota, onde muitos dos ossos humanos possuíam vestígios de terem sofrido a acção do fogo (GONÇALVES, 1972: 216). Não são inumações puras; não são incinerações tal como em norma se entendem. São uma e outra ao mesmo tempo, com o fogo a determinar a diferença, mas impotente para se afirmar de forma absoluta.

QUADRO I — “Radiocarbon Calibration Program rev. 6.1.0”

STUIVER, M. et REINER, P.J., 1998, *Radiocarbon* 35, 215-230; REIMER et al., 2009.

Sítio	Ref. Labor.	Data BP	Data cal BC (2 sigma)	Tipo de amostra / contexto	Bibliografia
Rapadouro 1	GrA-9741	2820±50	1122-887 884-843	Ossos humanos ; possível incineração/ reutilização de antigo monumento	CRUZ, 2001: 185
Senhora da Ouvida 7	CSIC-1248	3050±33	1411-1256 1237-1215	Carvão vegetal	CRUZ e VILAÇA, 1999; RUBINOS, 1999
Senhora da Ouvida 7	CSIC-1251	2966±33	1305-1109 1104-1056	Carvão vegetal	CRUZ e VILAÇA, 1999; RUBINOS, 1999
	média ponderada	3008±23	1376-1338 1321-1191 1177-1161 1143-1132		
Paranho. Cista 1	GrA-5425	2950±40	1298-1026	Carvão vegetal ; amostra 1, <i>Quercus</i> sp. (sobreiro)	CRUZ, 1997, 1999
Paranho. Cista 2	GrA-5410	2930±40	1264-1010	Carvão vegetal; amostra 3 ; <i>Quercus suber</i> / <i>ilex</i> , <i>Arbutus unedo</i> , <i>Quecus suber</i>	CRUZ, 1997, 1999
Paranho. Cista 2	GrA-5412	2880±40	1208-1198 1196-1139 1135-968 963-930	Ossos humanos	CRUZ, 1997, 1999
Paranho. Cista 3	GrN-22444	2790±60	1113-1098 1090-817	Carvão vegetal; amostra 1	CRUZ, 1997, 1999
Paranho. Cista 4	GrN-22445	3020±80	1434-1024	Carvão vegetal; amostra 1	CRUZ, 1997, 1999
Paranho. Cista 4	GrA-14007	2860±50	1208-1139 1135-905	Ossos humanos (apatite) ; amostra 1 (1)	CRUZ, 1997, 1999
Paranho. Cista 4	GrA-14008	2850±50	1208-1201 1195-1140 1134-897	Ossos humanos (apatite) ; amostra 1 (2)	CRUZ, 1997, 1999
Souto 1	Beta-280041	2840±40	1125-903	Urna. Ossos humanos	CRUZ (A.R.), 2011: 146
Tanchoal	GrA-9270	2830±50	1186-1185 1129-843	Urna ; ossos humanos	VILAÇA et al., 1999
Tanchoal	GrA-9572	2790±50	1109-1104 1074-1065 1056-820	Carvão vegetal	Vilaça et al., 1999
	média ponderada	2810±36	1054-890 881-845		
Roça do Casal do Meio	GrA-13502	2820±40	1115-895 869-854	Ossos humanos	VILAÇA e CUNHA, 2005
Roça do Casal do Meio	GrA-13501	2760±40	1002-825	Ossos humanos	VILAÇA e CUNHA, 2005
	média ponderada	2790±28	1010-891 879-846		
Gruta do Medronhal	Beta-223996	2650±40	898-870 850-780	Ossos humanos	VILAÇA, CARDOSO e SILVA, no prelo

A questão passa ainda pelo facto de que os rituais do fogo também não se esgotam nas práticas funerárias com referência directa e exclusiva ao morto. Além delas, e com elas, a manipulação do fogo deverá ter sido muito mais recorrente do que julgamos, inclusive sem protecção e resguardo (v.g. cinzas espalhadas na terra ou lançadas à água), não sendo sempre fácil circunscrever a natureza específica do seu uso.

Foi o que sucedeu no abrigo dos Alegrios (Idanha-a-Nova), situação com que nos confrontámos, infelizmente já tarde⁷. Do pequeno espaço (c. 2,60 m x 1,80 m) criado por grandes blocos graníticos foram retiradas terras com muitas cinzas e carvões, segundo o descobridor do sítio, que a ele se referia como “*lapa de incineração*” (de restos humanos?), revelando que foi utilizado com fins rituais em finais da Idade do Bronze (VILAÇA, 1995: 166; 169; 199; 2000: 37).

Portanto, é a própria reconceptualização dos conceitos de incineração, cremação e de rituais do fogo que deve ser colocada em cima da mesa.

No Centro do território português a problemática das práticas funerárias de rituais do fogo é tema em aberto. Até ao momento, não há indícios que permitam articulá-las com contextos megalíticos. Algumas pistas remetem, como testemunhos primevos, para meados do II milénio a. C., como indicam os vestígios identificados no monumento 2 da Serra da Muna (Viseu) (CRUZ *et al.*, 1998a), mas é possível que venham a ser identificados casos mais recuados no tempo. De todo o modo, evidências mais consistentes só surgem em contextos de finais da Idade do Bronze.

Sem dúvida que a identificação do Paranho e sua posterior valorização, conforme já mencionado no início deste texto, é a referência fundamental e um bom exemplo de recolha em urna dos restos queimados, ossos humanos mas também restos de artefactos, nomeadamente em bronze, como revelou o recipiente da cista 2 (CRUZ, 1997: 90) (Est. VIII-1).

Esta prática de recurso a contentor cerâmico para deposição dos restos de cremações humanas, acompanhados ou não de objectos também submetidos ao fogo, é conhecida em outros pontos do território português, mas com sugestiva distribuição ao longo do Tejo e sem dúvida como marca cultural do Bronze Final e Ferro Inicial.

8. A “LINHA DO TEJO”

Uma das questões que enunciámos no ponto anterior conduz-nos ao que aqui designámos como “Linha do Tejo”, na fronteira sul da área analisada neste texto. A expressão tem como lastro a distribuição, em ambas as margens do grande rio peninsular, de diversos testemunhos relacionados com incinerações datáveis de finais da Idade do Bronze ou inícios da fase seguinte. No seu conjunto, esses dados são mal conhecidos, mas algum significado terão pela incidência geográfica que apresentam. Não podem ser, evidentemente, dissociados da história do rio enquanto eixo privilegiado de comunicação flúvio-marítima entre o Ocidente atlântico e o interior continental (VILAÇA, 1995: 410-411; VILAÇA *et al.*, 1998: 38; VILAÇA e ARRUDA, 2004: 39) nem da suposta difusão dos rituais de incineração por essa via interior e continental advogada por alguns investigadores. Explorando o assunto Tejo acima e entrando em território espanhol, outros testemunhos enriqueceriam a discussão.

No limite sul da Beira Baixa, em zona raiana, a incineração foi adoptada, se bem que enquadrada por estruturas de construção e organização espacial muito diversas da que encontramos no Paranho. Referimo-nos ao Monte de São Domingos (Malpica do Tejo, Castelo Branco) (Est. VII-2) onde se identificaram duas estruturas subcirculares, uma das quais, com entrada a SE, que continha no seu interior urna com ossos humanos tipologicamente enquadrável nos finais da Idade do Bronze (CARDOSO *et al.*, 1998). Teria muito interesse a determinação cronológica por radiocarbono deste contexto⁸. Neste caso, e ao contrário do Paranho, o vaso parece ter recolhido exclusivamente restos de ossos queimados sem quaisquer outros materiais, quer dizer, sem espólio funerário (alguns fragmentos de outro recipiente foram interpretados como pertencentes a provável recipiente que tapava aquele) (CARDOSO *et al.*, 1998: 342).

⁷ O espaço encontrava-se praticamente esvaziado quando iniciámos o estudo desta estação.

⁸ Esta lacuna foi, entretanto, superada (já em fase de provas deste texto) com a publicação de uma data de C14 para a estrutura 2 do Monte de São Domingos, obtida a partir de ossos humanos calcinados. Com a referência de laboratório UBA-30686 e o resultado 2801±37 BP (Brandherm *et al.*, 2016-2017), este novo dado afigura-se em perfeita sintonia com os resultados do Tanchoal dos Patudos e de Souto 1 (cf. Quadro 1), a que se poderia juntar uma segunda data, inédita (informação de Ana Cruz, que agradecemos), para esta última estação. A sintonia entre estes elementos radiométricos, que os dados estritamente arqueológicos, em concreto as cerâmicas, já denunciavam, reforça a ideia de um processo rápido de difusão/adopção das práticas incineratórias em urna tendo como eixo estruturante o que designamos por “Linha do Tejo”.

Caminhando para jusante, regista-se o testemunho da mamoa do Souto 1 (Bioucas, Souto, Abrantes) (CRUZ *et al.*, 2011). Trata-se de grande urna depositada em covacho com restos ósseos resultantes de cremação, bem como múltiplos fragmentos de bronze, aparentemente queimados com o corpo, no interior da qual se encontrava ainda um segundo recipiente também com cinzas e restos osteológicos humanos, para além de outros elementos orgânicos como sementes (Est. VIII-1). Estes elementos encontravam-se na zona central de pequeno tumulus (6 m de diâmetro e c. 50 cm de altura) constituído por seixos, ou seja, recorreu-se à tradição construtiva tumular não monumental que comentámos nos pontos 5 e 6.

Souto 1, sendo mais um caso de uma incineração do Bronze Final, como revelam materiais e datação radiocarbónica (1125-903 cal BC) (CRUZ, 2011: 146), é também mais um caso de deposição funerária com restos ósseos recolhidos em urna, embora com estruturação do espaço funerário bem distinto dos que encontramos no Paranho e no Monte de São Domingos.

Continuando o percurso pelo Médio Tejo, chegamos à região de Alpiarça onde encontramos importantes testemunhos em regra referidos na bibliografia como “*Campos de urnas de Alpiarça*”, desde os primeiros achados ocorridos em 1916 (principal bibliografia recolhida em VILAÇA *et al.*, 1999). Trata-se, como é sabido, dos cemitérios polinucleados do Cabeço da Bruxa, Tanchoal e Meijão, pelo menos, cuja importância, não obstante a forma como nos chegou a maioria dos dados, vai muito além deles.

Todavia, são múltiplas as questões em aberto, mas é óbvio que estamos perante situação não só completamente distinta das já referidas, sobretudo em termos construtivos e de organização espacial dos depósitos mortuários, como este caso, em si mesmo, congrega realidades bem heterogêneas, inclusive a nível cronológico. As necrópoles e sepulturas de Alpiarça, revelando algumas afinidades com certos contextos do designado “*grupo de Qurénima*”, oportunamente sistematizado (LORRIO, 2008), são bem merecedoras de reavaliação profunda e conjunta que, pela riqueza de problemáticas envolvidas, é impossível fazer neste texto, mais de síntese do que de análise.

Atendendo apenas ao Tejo português, para além dos casos do Monte de S. Domingos, Souto 1, Tanchoal (Est. VIII-2), Meijão e Cabeço da Bruxa, com dados objetivos e minimamente seguros, outros indicadores, infelizmente muito mal conhecidos, poderão, como hipótese de trabalho, ser associados à problemática que ora se discute.

Referimo-nos a presumíveis deposições funerárias relacionadas com práticas de incineração na Quinta da Alorna (Almeirim), onde se recolheu vaso carenado com asa em circunstâncias de achado desconhecidas (SCHUBART, 1971: 166); em Salvaterra, onde se registou necrópole (SAVORY, 1951: 375); em Almoester, também necrópole, de que se conhece vaso completo de colo cilíndrico (SAVORY, 1951: 375; Spindler *et al.*, 1973-74: 129)⁹; em Santarém (sem precisão do local) referido como necrópole e sepulturas (SAVORY, 1951: 375; SPINDLER *et al.*, 1973-74: 144).

É certo que estas informações não oferecem, na sua esmagadora maioria, dados muito seguros, mas a concentração geográfica dos achados e sua proximidade a Alpiarça, bem como na área de Almeirim, deverá ter algum significado que importaria aprofundar, começando, primeiro pela sua confirmação, depois pela sua atribuição cronológica.

Geradora de polémica desde o momento em que foram identificados os primeiros testemunhos na década de 20 do século passado, a cronologia do mundo funerário de Alpiarça não é questão totalmente resolvida. Como se sabe, as únicas datações de radiocarbono conhecidas são de um dos contextos do Tanchoal, necrópole que se desenvolve, tal como as outras, em terrenos arenosos (Est. IX-1), e inserem-no entre meados do séc. XI a. C. e inícios do séc. IX a. C. (VILAÇA *et al.*, 1999). Mas, no seu conjunto, as várias necrópoles poderão e deverão expressar parâmetros cronológicos de mais largo espectro, desde finais do Bronze a inícios do Ferro.

Já os investigadores alemães que trabalharam na zona tinham defendido maior antiguidade para a necrópole do Cabeço da Bruxa relativamente às de Tanchoal e Meijão, tendo em conta a diferença de espólios (KALB e HÖCK, 1981-82). E a identificação, entre o acervo existente na “Casa Museu dos Patudos”,

⁹ Refira-se a particularidade de o vaso possuir vestígios de perfuração a meio da pança, talvez de cariz ritual. Sobre a utilização de vasos com perfurações em contextos funerários veja-se VILAÇA e CRUZ, 1999: 87, nota 33.

de vários fragmentos de taças da “sepultura F”, assim designada por Gustavo Marques¹⁰, do Alto do Castelo (Alpiarça), vem colocar não só novas questões em termos cronológicos, que parecem ter de passar também pela questão do “Orientalizante”, como interessantes problemáticas ao nível da organização espacial, com a morte a “invadir” o espaço dos vivos, assunto que, tal como o da problemática do binómio povoado/necrópole (com alguns dados interessantes a valorizar) no Bronze Final, não nos é possível desenvolver neste momento por limitações de espaço.

Em suma, toda esta zona do Médio Tejo português, envolvendo ambas as margens, revela-se, com todos os dados conhecidos e o potencial de outros que importa explorar, seja no âmbito específico das práticas funerárias, seja do povoamento em geral, como uma das regiões estratégicas e de vanguarda do estudo das dinâmicas sociais entre a Idade do Bronze e a Idade do Ferro do território português, mas de alcance bem peninsular pelas problemáticas que envolve.

Por outro lado, e apesar das particularidades dos casos que comentámos, desde a forma como se implantaram e materializaram no espaço, com ou sem marcadores de referência, ao tipo de estruturas e deposição dos restos cremados, associados ou não a materiais, encontra-se um denominador comum, i.e. a recolha em recipiente cerâmico dos restos cremados como prática específica que se afirma na viragem do milénio.

Sendo certo que não lhe é exclusiva, o vale do Tejo parece ter sido região privilegiada neste domínio como veículo de transmissão desse novo ritual. Mas as soluções conhecidas, diferindo de caso para caso, expressam, e é isso o mais importante, o potencial criador das comunidades. Também aqui, e ainda que numa moldura geral comum definida pelo ritual de incineração, ele próprio sem normas apertadas, o que sobressai são as especificidades de situação a situação. Para cada caso, uma face. A diversidade parece espelhar a coexistência de tradições, como pequenas estruturas tumulares, caso de Souto 1, a par da assimilação de um outro conceito de sepultura pautado pela total (?) invisibilidade e ausência, aparente, de espaços estruturados e independentes para cada urna, como parece ter ocorrido em Alpiarça.

9. A MORTE PÚBLICA, INSEPULTA, DESPROTEGIDA E FRAGMENTADA

Chegados aqui, e voltando ao início, parece claro que em finais da Idade do Bronze a morte não desapareceu do registo arqueológico do Centro do território português. Está presente, expressa-se de distintos modos, de que vimos alguns exemplos, e chega por vezes disfarçada. E quando não chega, o que, inevitavelmente, nos arrasta para o campo da arqueologia não demonstrável, permite-nos admitir, ainda assim, outras hipóteses de trabalho.

À inumação, juntam-se e afirmam-se a incineração e o recurso à manipulação dos rituais de fogo, com manifestações bem distintas e nem sempre fáceis de recuperar. Mas talvez o fogo nem sempre tenha sido o único responsável pelas novas formas de se “dialogar” com a morte e de lhe incutir acentuada invisibilidade.

Sublinhámos já que a morte para estas sociedades sem escrita não seria um facto pontual e circunscrito ao domínio puramente biológico, antes um “rito de separação”, implicando um longo e complexo processo de preparação do corpo até à sua transformação, disposição, deposição. Ou antes, também, de exposição, de exibição.

A prática da exposição de corpos em cenários de que não ficou rasto é por nós admitida como uma possibilidade muito verosímil (VILAÇA e CRUZ, 1999: 76; VILAÇA, 2000: 40). E, ao contrário daqueles rituais, com inumações e incinerações resguardadas, este outro não tendo protecção, é visível e, conseqüentemente, público. A admissibilidade deste ritual tão subtil, fosse como forma de deposição definitiva dos corpos, quer dizer, com insepultamento, fosse como prática pré-deposicional, embora prolongada, num interlúdio ritual de manipulação dos corpos, decorre de algumas considerações.

¹⁰ Registos inéditos manuscritos de Gustavo Marques que pudemos consultar na “Casa Museu dos Patudos”. Agradecemos ao seu Diretor, Dr. Nuno Prates, a autorização concedida. Os materiais encontram-se em estudo pela equipa coordenada pela nossa colega Ana Margarida Arruda.

Em primeiro lugar, a exposição dos corpos acelerava a sua deterioração e desaparecimento, ajudando a compreender a inequívoca raridade de enterramentos de inumação, pelo menos conhecidos, no Centro do território português.

Em segundo lugar, e embora não seja possível para esta região recorrer a evidências empíricas abundantes sobre restos antropológicos fragmentados ou desarticulados¹¹, elas são conhecidas em outras regiões. Os crânios da gruta do Algarinho antes mencionados carecem de cronologia precisa. Mas casos de crânios depositados, por exemplo em áreas de habitat (junto às entradas, na zona das muralhas, fossos, etc.), em alguns contextos europeus poderiam constituir o último elo de um prolongado processo em que a morte esteve temporariamente exposta, sujeita a derradeira fragmentação.

Este fenómeno, interessantemente discutido por Joana Brück em diversos trabalhos (v.g. BRÜCK, 1995: 247; 253, 257), não só expressa uma nova forma de práticas não propriamente funerárias mas envolvendo restos humanos, como traduz, sobretudo, um outro entendimento da morte e do corpo. Trata-se de uma morte fragmentada, desarticulada, redistribuída por diferentes contextos, adquirindo mobilidade, passando a acompanhar os vivos, ao invés de estes a (re)cultuarem ciclicamente em espaços próprios e fixos. O corpo transforma-se num bem que circula, entre pessoas, entre lugares (FOWLER, 2004: 40), desempenhando papel activo, como qualquer outro objeto, na reprodução e renegociação social.

Num outro tipo de registo, sabe-se que a exposição dos corpos foi ritual praticado por antigas populações da Península Ibérica, conforme atestam fontes escritas lembradas por diversos investigadores. A ele se referiram Claudio Eliano (X, 22) em relação aos Vaceus, pois “... aos que perderam a vida na guerra consideram-nos nobres, valentes e dotados de valor e, em consequência, entregam-nos aos abutres, porque acreditam que estes animais são sagrados” e Silio Itálico (Guerra Púnica, III, 340-343) a respeito dos Celtiberos diz que “para estes é uma honra cair em combate e sacrilégio incinerar um corpo morto de este modo. Pois crêem que são retornados ao céu, junto aos deuses do alto se o abutre...”. É, inclusive, ritual iconograficamente registado em cerâmica numantina (Est. IX-2), onde se observam cenas de exposição dos cadáveres (ALFAYÉ VILLA, 2008: 296) e de guerreiros caídos a serem devorados por abutres (SOPEÑA, 2005: 381).

A exposição dos corpos, conforme recentemente recordado (ESPARZA *et al.*, 2012: 115), também foi prática, afinal, de outras épocas e lugares muito distintos, desde a Grécia dos “Séculos Obscuros” à África Negra, das pradarias da América do Norte dos anos oitenta do séc. XIX aos Parsi da Índia (TILLIER, 2009: 8). Os mortos eram expostos aos elementos naturais para favorecerem o seu retorno à natureza, sobre as árvores ou em plataformas, que se convencionou designar de “*túmulos-plataforma*” ou “*air-burials*” (FAHLANDER e OESTIGAARD, 2008: 6).

Assim, se é certo que aquelas informações não podem ser directamente importadas para o mundo peninsular de há 3 000 anos, nem tão-pouco as relativas aos Celtiberos, porque tardias, a verdade é que a origem do ritual de exposição dos corpos (ou de alguns dos corpos) poderá ter sido bem mais antiga. Neste sentido parece testemunhar o que é relatado naquele mesmo trabalho pelos colegas espanhóis ao defenderem, com pertinente argumentação (v.g. comprovativo de mordeduras de cães), que a exposição de cadáveres seria norma entre as comunidades de Cogotas I.

Insepulta, a morte, ao ser exposta, adquire, como referimos antes, inequívoco carácter público, propício ao envolvimento dos diversos actores sociais, o que contribuiria para reforço da identidade comunitária.

Todavia, a sua exposição sendo inversamente proporcional à sua perenidade, não deixaria de ser também breve, configurando efémeras “paisagens funerárias”, que só podemos imaginar. Parece que quanto mais pública é a morte, mais difícil se torna capturar a subtilidade dessa sua face, em desagregação continuada até ao eclipse total. Uma vez desaparecidos os corpos, restava a memória dos mortos.

E todo o morto deveria ter um lugar para morar, ou para lembrar... Sabemos, porém, que só alguns o tiveram.

¹¹ O fragmento de tibia humana recolhido no Buraco da Moura de S. Romão (Seia) poderia ser dado como exemplo, mas os dados foram interpretados de modo distinto pelos investigadores (veja-se VILAÇA e CRUZ, 1999: 79).

10. A MEMÓRIA (N)DOS LUGARES

Nos finais da Idade do Bronze parece ser inequívoca a tendência para uma verdadeira despersonalização do corpo e, em particular, o triunfo de um paradigma diferente de entendimento da materialidade do corpo humano, que é desvalorizado enquanto tal, perdendo existência, pois é total ou parcialmente destruído, nomeadamente pelo fogo, só em parte depositado, possivelmente espartilhado, espalhado, insepultado. Mas se o corpo dos mortos parece ter sido fisicamente desvalorizado, não o foram os mortos, que permanecem, de outra forma.

O foco de atenção transfere-se, assim, do corpo físico para a sua memória, que se preserva, colectiva e socialmente, através de outros rituais, de outras formas materiais, de outros referenciais. Digamos que, ao mesmo tempo que se elimina o corpo físico, constrói-se e inventa-se o corpo social, através da memória. A memória social, colectiva, partilhada, é, porém, uma memória curta, que se prolonga recorrendo-se a distintas estratégias.

Entre elas, e de todos os tempos, sobressai a construção de monumentos e, com eles, as cerimónias comemorativas (CONNERTON, 1999: 8, 47, 81). A implantação de um marco (estela, monólito, estátua-menir, etc.) num lugar com significado, ou a que se acresce significado, mercê da incorporação desse novo elemento cénico, foi prática, de remota origem, no Centro do território português¹². Também neste campo, apartando as terras interiores, onde tal se manifesta, da região mais litoral, onde se desconhecem, até hoje, e onde as estratégias terão sido distintas.

Nessas sociedades sem escrita, tal praxis deverá ter sido particularmente assertiva, e perene, porque também inscrita na pedra, como forma de as comunidades registarem o tempo e a sua própria história, i.e. conhecimento do (e com o) seu passado (VILAÇA, 2011: 8). Esse auto-reconhecimento como reprodutor social da memória, do sentido de lugar, de pertença, de identificação, deveria implicar ações — cerimónias comemorativas — envolvendo as comunidades, inclusive, vizinhas. As entidades que representam ou evocam assumem, nessa perspectiva, um valor colectivo e o lugar onde se encontram incorporadas um “ponto de encontro” e de reprodução de sociabilidade ciclicamente (re)visitado (VILAÇA *et al.*, 2011: 310).

As comunidades reconhecem-se não só com e no lugar onde estão os seus mortos, mas igualmente com o lugar onde os seus mortos, i.e. também os seus antecessores, poderiam ser recordados. Desse modo, o lugar do morto é também o lugar onde é evocado, social, comunitária e publicamente. Sem sinalizarem sepulturas, de que não há evidências directas na região em análise (e quase nenhuma nas demais, mas ainda assim existindo), as estelas e estátuas-menires de finais da Idade do Bronze não deixam de auferir um potencial cariz para-funerário no sentido em que poder e morte, ancestralidade e memória se podem confundir. Em zona de passagem, em área fronteiriça, ou em lugar de congregação entre vizinhos, por vezes sob o olhar altaneiro do povoado que não está longe¹³, as estelas do Bronze Final, sem serem especificamente funerárias, não podem ser excluídas da problemática de discussão da morte.

11. FIM

Dos elementos apresentados (ou recordados) e comentários desenvolvidos neste texto, pode-se concluir que, tão certo quanto a morte, é a evidência arqueológica da sua existência no Centro de Portugal em finais da Idade do Bronze, como bem demonstram diversas datações de Carbono 14. Apesar da tendência genérica para uma certa “desmaterialização” do corpo humano.

Igualmente certo é que, nesta região, ela expressou-se de forma variável, de modo irregular, sem norma a nível geral. O bi-ritualismo — inumação e incineração — é um dos elementos mais expressivo nesse domínio, mas muitos outros foram aqui sublinhados. Tal é o caso da indelével presença de pequenos *tumuli* de tradição milenar que configuram verdadeiras paisagens “patrimonializadas”.

Dados, questões, hipóteses de trabalho, diversidade de práticas e de discursos identitários, uns

¹² Entre outros, vejam-se mais recentemente CARDOSO, 2011; CRUZ e SANTOS, 2011.

¹³ Caso da estela de Telhado (Fundão), em curso de estudo pela autora, João Mendes Rosa e Joana Bizarro.

mais vinculados ao passado, outros assumindo rupturas nos espaços, nos contextos, nos rituais, vimos tudo isto.

Pelo contrário, não explorámos o sensível problema das relações entre o povoado e o lugar de enterramento, se bem que existam dados interessantes a esse respeito, desde a possível estrutura de tipo cistóide da Senhora de Lurdes (S. João da Pesqueira) aparentemente em contexto de habitat e de possível cronologia da Idade do Bronze (CARVALHO e GOMES, 2002-2003)¹⁴, à relação direta, se bem que com espaços independentes, do Alto do Castelo, Cabeço da Bruxa, Tanchoal e Meijão (Alpiarça), ou ainda à relativa proximidade da necrópole de Casinha Derribada face ao povoado de Santa Luzia (Viseu), e da gruta de Medronhal (Condeixa-a-Nova) em relação a Conimbriga, também então já ocupada em inícios da Idade do Ferro.

Tão-pouco nos detivemos com o pormenor merecido na questão do chamado “espólio funerário”, pouco exuberante, parco e mesmo omisso nos contextos conhecidos. A morte parece ter sido pouco “objectificada”. Ou tê-lo-á sido recorrentemente nos depósitos, sobretudo metálicos?

Quando presente, a maior parte dos espólios reporta-se a cerâmicas, algum metal que, na época, é marginal em contexto funerário explícito. Como é sabido, este foi antes sacrificado em outros tipos de contexto, os normalmente designados “depósitos”. Ainda assim, está presente, em contextos tão diversos como Paranho, Roça do Casal do Meio, Alpiarça, Medronhal, Souto 1, etc. Em todos eles predominam os adornos pessoais metálicos, espelhando a importância do indivíduo enquanto pessoa. E não exclui o ouro, como sugere o colar de Casal de Santo Amaro. Inexpressiva é a presença de armas, o que contrasta com a preferência pelos adereços pessoais e ornamentos, sobretudo braceletes, alguns também submetidos ao fogo, revelando bem como determinados materiais possuíam maior peso semiótico do que outros.

Do ponto de vista social, é inequívoca a tendência para um tratamento individualista da morte, com um crescendo cunho pessoal. Mesmo assim, prevalecem cemitérios com diversos enterramentos, por ventura familiares. As relações de parentesco e de consanguinidade parecem ainda ser importantes. Mas não podemos descartar outro tipo de relacionamento, como os vínculos de fidelidade, que marcarão os tempos vindouros. Indagar a problemática dos normalmente designados “*mortos de acompanhamento*” (TESTART, 2009), numa versão voluntária ou imposta por preceitos sociais, é caminho em aberto e discutível, por exemplo, com os dois enterramentos varões da Roça do Casal do Meio.

Em síntese, as comunidades replicaram com diversas respostas ao desafio da morte. Não é fácil determinar os motivos para tal polissemia de comportamentos e de atitudes perante a morte. Condicionismos ambientais e economias diferenciadas; distintas tradições, crenças e influências; preceitos sociais, etários e de género; e de “estado civil”, pois uma mulher casada (o que era uma mulher casada há 3 000 anos?) é diferente de uma solteira e uma mulher que foi mãe distingue-se de todas as demais; tipos de morte — acidental, natural, infligida, em combate — que diferenciam os mortos; tempos de mudança, em que o “Outro” se revelava firmemente, inclusive com a sua presença, pelo incremento das viagens e intensificação dos contactos: eis algumas hipóteses a explorar, caso a caso, que ditaram o que fazer com e do corpo humano, materialmente inerte, mas com um poder simbólico enorme.

Por isso, é imprescindível prosseguir, investigando, pois nunca serão suficientes dados e contextos para chegar mais perto da forma como os vivos, já mortos, lidaram com os seus mortos, conceberam o mundo, criaram a sua ideologia.

É também neste sentido que não se subscreve uma pura “arqueologia da morte”, mas dos vivos, mesmo que seja aquela o centro das atenções, dos vivos centrada nas suas acções, opções, ilusões e estratégias sociais perante aquela. Na sua mundividência, a morte é, e foi sempre, omnipresente.

Coimbra, Verão de 2013, com revisão pontual posterior.
(Este texto reproduz em parte a publicação de Vilaça 2015a)

¹⁴ Note-se que não foi possível demonstrar de forma inequívoca o carácter arqueológico desta estrutura de tipo cistóide, a qual poderá corresponder, tão-só, a testemunho recente de índole etnográfica, tal como se verifica em outras situações (VILAÇA *et al.* 2004).

12. BIBLIOGRAFIA

- ALAMAGRO GORBEA, M. (1977) - *El Bronce Final y el Período Orientalizante en Extremadura*, Madrid, Biblioteca Praehistorica Hispana, vol. XIV.
- ALFAYÉ VILLA, S. (2008) - Iconografía, identidade y sociedade, *Gallaecia*, 27, p. 285-304.
- ARMBRUSTER, B. (1995) - Sur la technologie et la typologie du collier de Sintra (Lisbonne, Portugal) - une oeuvre d'orfèvrerie du Bronze Final Atlantique composé des types Sagrajas-Berzocana et Villena-Estremoz, *Trabajos de Prehistoria*, 52 (1), p. 157-162.
- BATATA, C., GASPAS, F., BATISTA, A. (1999) - O ineditismo do 1º milénio a.C. da bacia hidrográfica do rio Zêzere no contexto da arqueologia proto-histórica nacional, *II Congreso de Arqueología Peninsular, Tomo III - Primer Milenio y Metodología*, Fundación Rei Afonso Henriques, Universidad de Alcalá, p. 25-35.
- BELEN, M., ESCACENA, J.L.; BOZZINO, M.I. (1991) - El mundo funerario del Bronce Final en la fachada atlántica de la Península Ibérica. I. Análisis de la documentación, *Trabajos de Prehistoria*, 48, p. 225-256.
- BETTENCOURT, A. (1995) - Dos Inícios aos Finais da Idade do Bronze no Norte de Portugal, *A Idade do Bronze em Portugal. Discursos de poder*, SEC/IPM/MNA, p. 110-115.
- BETTENCOURT, A. e MEIJEDE CAMESELLE, G. (2009) - Agro de Nogueira, Melide, A Coruña: novos dados e novas problemáticas, *Gallaecia*, 28, p. 33-40.
- BRADLEY, R. (1993) - *Altering the Earth*, Society of Antiquaries of Scotland, Monograph Series Number 8, Edinburgh.
- BRADLEY, R. (1998) - *The Significance of Monuments. On the shaping of human experience in Neolithic and Bronze Age Europe*, Routledge, London.
- BRADLEY, R. (2005) - *Ritual and Domestic Life in Prehistoric Europe*, Routledge, London.
- BRANDHERM, D., KRUEGER, M., CARDOSO, J. L. (2016-2017) - "Um novo método para a datação absoluta de ossos humanos cremados: a cabana 2 do Monte de São Domingos (Malpica do Tejo, Portugal)", *Estudos Arqueológicos de Oeiras* 23: 519-530.
- BRÜCK, J. (1995) - A place for the dead: the role of human remains in Late Bronze Age Britain, *Proceedings of the Prehistoric Society*, 61, p. 245-277.
- CALDEIRA, D. (2012) - *Arqueologia de Alpiarça: o caso dos chamados "Campos de Urnas". Revisão, problemáticas e perspectivas*, FLUC, Universidade de Coimbra (tese de mestrado).
- CANINAS, J.C., HENRIQUES, F., BATISTA, A., MONTEIRO, M., CHAMBINO, M., HENRIQUES, F.R., CANHA, A. e CARVALHO, L. (2009) - Estruturas monticulares antigas na fronteira Sul do concelho do Sabugal, *Sabucale*, 1, p. 21-38.
- CANINAS, J.C., SABROSA, A., HENRIQUES, F., MONTEIRO, J.L., CARVALHO, E., BATISTA, A., CHAMBINO, M., HENRIQUES, F.R., MONTEIRO, M., CANHA, A., CARVALHO, L., GERMANO, A. (2008) - Tombs and rock carvings in the Serra Vermelha and Serra de Alvéolos (Oleiros, Castelo Branco). In BUENO-RAMIREZ, P., BARROSO-BERMEJO, R., BALBÍN-BERHMANN, R. (eds.), *Graphical Markers and Megalith Builders in the International Tagus, Iberian Peninsula*, BAR, IS 1765, Oxford, p. 89-102.
- CANINAS, J.C., MONTEIRO, M., PEREIRA, A., CUNHA, P., CARVALHO, E., LIMA, A., HENRIQUES, F., FERNANDES, L., VIEIRA, M. (2012) - Intervenção geo-arqueológica na Mamoá do Penedinho Branco (Vila Nova, concelho de Miranda do Corvo, Serra da Lousã), *Olhares sobre a Geologia, a Arqueologia e a História, de Vila Nova, de Miranda do Corvo e da Serra da Lousã*, junta de Freguesia de Vila Nova / Emerita, p. 40-63.
- CANHA, A.J. (1999) - Canedotes (Vila Nova de Paiva), povoado do Bronze Final. Notícia preliminar das escavações do Sector II, *Estudos Pré-históricos*, VII, p. 281-291.
- CARDOSO, J.L. (1999-2000) - Aspectos do povoamento da Baixa Estremadura no decurso da Idade do Bronze, *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 8, p. 355-414.
- CARDOSO, J.L. (2000a) - Manifestações funerárias da Baixa Estremadura no decurso da Idade do Bronze e da Idade do Ferro (II e I milénios A.C.): breve síntese, *Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular*, V, Porto, p. 61-79.
- CARDOSO, J.L. (2000b) - A sepultura da Roça do Casal do Meio (Sesimbra) no quadro dos rituais funerários da Idade do Bronze da Baixa Estremadura, *Discursos. Língua, Cultura e Sociedade*, III série, 2, Lisboa, p. 243-251.
- CARDOSO, J.L. (2011) - A estela antropomórfica de Monte dos Zebros (Idanha-a-Nova): seu enquadramento nas estelas peninsulares com diademas e "colares". In VILAÇA (coord.), *Estelas e estátuas-menires. Da Pré à Proto-história*, Actas das IV Jornadas Raianas, Sabugal, p. 89-116.

- CARDOSO, J.L., CANINAS, J.C., HENRIQUES, F. (1998) - Duas cabanas circulares da Idade do Bronze Final do Monte de São Domingos (Castelo Branco). *Estudos Pré-históricos*, VI, p. 325-345.
- CARDOSO, J.L. e GRADIM, A. (2011) - *Dez anos de trabalhos arqueológicos em Alcoutim. Do Neolítico ao Romano*, Câmara Municipal de Alcoutim.
- CARVALHO, P.M.S. e GOMES, L.F. (2002-2003) - A cista do povoado da Senhora de Lurdes (S. João da Pesqueira, Viseu), *Estudos Pré-históricos*, X-XI, p. 225-231.
- COELHO, J. (1925) - *A Necrópole do Paranho, Viseu*, Tipografia popular /ed. do autor.
- COFFYN, A. (1985) - *Le Bronze final Atlantique dans la péninsule Ibérique*, Paris, Diffusion de Boccard, Publ. Centre Pierre Paris, 11, col. Maison Pays Ibériques, 20.
- COITO, L. C., CARDOSO, J. L., MARTINS, A. C. (2008) - *José Leite de Vasconcelos. Fotobiografia*, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia.
- CONNERTON, P. (1999) - *Como as Sociedades Recordam*, Oeiras, Celta editora.
- CRUZ, A.R. (2011) - *A Pré-história Recente no Vale do Baixo Zêzere*, Arkeos, 30, CEIPHAR, Tomar.
- CRUZ, A.R., Graça, A, Batista, A. (2011) - Recent Prehistory and Protohistory in Abrantes and Constância council (Portuguese Middle Tagus) – The research preliminary state. In BUENO, P., CERRILLO, GONZÁLEZ, *The Prehistory of the Inner Tagus Region*, BAR ie, 2219, Oxford, p. 93-109.
- CRUZ, D.J. (1997) - A necrópole do Bronze Final do “Paranho” (Molelos, Tondela, Viseu), *Estudos Pré-históricos*, V, p. 85-109.
- CRUZ, D.J. (1998) - Expressões funerárias e cultuais no Norte da Beira Alta (V-II milénios a.C.), *Estudos Pré-históricos*, VI, p. 149-166.
- CRUZ, D.J. (1999) - A necrópole do Bronze Final do “Paranho” (Molelos, Tondela). Resultados das datações radiocarbónicas, *Estudos Pré-históricos*, VII, p. 263-270.
- CRUZ, D.J. (2001) - *O Alto Paiva: megalitismo, diversidade tumular e práticas rituais durante a Pré-História Recente*, 2 vols., Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (tese de doutoramento, policopiada).
- CRUZ, D.J. e VILAÇA, R. (1999) - O grupo de *tumuli* da Senhora da Ouvida (Monteiras/Moura Morta, Castro Daire, Viseu). Resultados dos trabalhos arqueológicos, *Estudos Pré-históricos*, VII, p. 129-161.
- CRUZ, D.J. e SANTOS, A. (2011) - As estátuas-menires da serra da Nave (Moimenta da Beira, Viseu) no contexto da ocupação pré-histórica do Alto Paiva e da Beira Alta. In VILAÇA (coord.), *Estelas e estátuas-menires. Da Pré à Proto-história*, Actas das IV Jornadas Raianas, Sabugal, p. 117-142.
- CRUZ, D.J., GOMES, L.F., CARVALHO, P.S. (1998 a) - Monumento 2 da Serra da Muna (Campo, Viseu). Resultados preliminares dos trabalhos de escavação, *Estudos Pré-históricos*, VI, p. 375-395.
- CRUZ, D.J., GOMES, L.F., CARVALHO, P.S. (1998 b) - O grupo de *tumuli* da Casinha Derribada (concelho de Viseu). Resultados preliminares da escavação arqueológica dos monumentos 3, 4 e 5, *Conimbriga*, 37, p. 5-76.
- CRUZ, D.J., VILAÇA, R., SANTOS, A.T., MARQUES, J.N. (2000), O grupo de *tumuli* do Pousadão (Vila Nova de Paiva, Viseu), *Estudos Pré-históricos*, VIII, p. 125-150.
- CUNHA, E., FERREIRA, M.T., WASTERLAIN, S. (2008) - *Intervenção de Antropologia Biológica. Gruta do Algarinho. Relatório de trabalhos antropológicos*, Coimbra.
- ESPARZA ARROYO, A., VELASCO VÁZQUES, J., DELIBES DE CASTRO, G. (2012) - Exposición de cadáveres en el yacimiento de Tordillos (Aldeaseca de la Frontera, Salamanca). Perspectiva bioarqueológica y posibles implicaciones para el estudio del ritual funerário de Cogotas I, *Zephyrus*, LXIX, p. 95-128.
- FAHLANDER, F. e OESTIGAARD, T. (2008) - The materiality of death: bodies, burials and beliefs. In FAHLANDER e OESTIGAARD (ed.), *The Materiality of Death*, BAR, is 1768, Oxford, p. 1-16.
- FIGUEIRAL, I. (1997) - Necrópole do Paranho (Molelos, Tondela). Resultados da análise dos carvões vegetais, *Estudos Pré-históricos*, V, p. 121-122.
- FIGUEIREDO, E., ARAÚJO, F., SILVA, R. (2011) - A ponta de lança da Gruta da Nascente do Algarinho (Penela) no conjunto da metalurgia do Bronze Final, *Actas do Encontro Internacional sobre Ciências e Novas tecnologias Aplicadas à Arqueologia na villa romana do Rabaçal, Penela, Terras de Sicó, Portugal*, Câmara Municipal de Penela, p. 41-49.

- FIGUEIREDO, E., ARAÚJO, M. F., SILVA, R., VILAÇA, R. (2013) - Characterisation of a Proto-historic bronze collection by micro-EDXRF, *Nuclear Instruments and Methods in Physics Research B* 296, p. 26-31.
- FONTIJN, D. (2007) - The significance of 'invisible' places, *World Archaeology*, 39 (1), p. 70-83.
- FOWLER, C. (2004) - *The Archaeology of Personhood*, Routledge, London.
- GARCÍA SANJUÁN, L. (2005) - Las piedras de la memoria. La permanencia del megalitismo del Suroeste de la Península Ibérica en el II y I milénios ANE., *Trabajos de Prehistoria*, 62 (2), p. 85-119.
- GOMES, M.V. (1992) - *Proto-História do Sul de Portugal*. In Silva, A.C.F. e Gomes, M.V., *Proto-História de Portugal*, Universidade Aberta, p. 101-185.
- GOÑÇALVES, V.S. (1972) - Uma nova necrópole da Idade do Bronze: a gruta da Marmota, *O Arqueólogo Português*, série III, 6, p. 213-218.
- GOÑÇALVES, J.L.M. (1990-92) - As grutas da Serra de Montejunto (Cadaval), *O Arqueólogo Português*, série IV, 8-10, p. 41-201.
- GONZÁLEZ PRATS, A. (2002) - *La necropolis de cremación de Les Moreres (Crevillente, Alicante, España - s. IX-VII AC)*, Alicante, III Seminario Internacional sobre Temas Fenícios.
- HARDING A.F. (2003) - *Sociedades europeas en la Edad del Bronce*, Barcelona, Ariel Prehistoria.
- HAWKES, C.F.C. (1971) - The Sintra Gold Collar, *The British Museum Quarterly*, XXXV (1-4), p. 38-50.
- JARNAUT (1915) - *Monografia do Município Penelense*, Penela, Ed. João Pedro A.
- KALB, Ph. (1994) - Reflexões sobre a reutilização de necrópoles megalíticas na Idade do Bronze, *Estudos Pré-históricos*, II, p. 415-426.
- KALB, Ph. e Höck, M. (1979) - Escavações na necrópole de mamoas "Fonte da Malga" - Viseu, Portugal, *Beira Alta*, XXXVIII (3), p. 593-604.
- KALB, Ph. e Höck, M. (1981-82) - Cabeço da Bruxa, Alpiarça (Distrito de Santarém). Relatório preliminar da escavação de Janeiro e Fevereiro de 1979, *Portugália*, nova série, 2-3, p. 61-69.
- LORRIO, A.J. (2008) - *Qurénima. El Bronce Final del Sureste de la Península Ibérica*, Real Academia de la Historia, Universidade de Alicante, Madrid.
- LUCAS, G. (2005) - *The Archaeology of Time*, Routledge, London.
- LYNCH, F. (1972) - Ring cairns and related monuments in Wales, *Scottish Archaeological Forum*, 4, p. 61-80.
- Nunes, J.C., Gil, F.B., Senna-Martinez, J.C., Guerra, F. (1989) - Artefacto metálico recolhido na Casa da Orca da Cunha Baixa, concelho de Mangualde, Actas do I Colóquio Arqueológico de Viseu, Coleção Ser e Estar, n.º 2, Governo Civil do Distrito de Viseu, p. 61-63.
- OLIVEIRA, J. (1997) - *Monumentos Megalíticos da Bacia Hidrográfica do Rio Sever*, Ibn Maruán, edição especial.
- PELLICER CATALÁN, M. (2008) - Los inicios del rito funerário de la incineración en la Península Ibérica, *Tabona*, 16, p. 13-35
- PEÑALVER, X. (2005) - *Los crómlech pirenaicos*, *Bolskan*, 22.
- PEREA, A. (2005) - Mecanismos identitários y de construcción de poder en la transición Bronce-Hierro, *Trabajos de Prehistoria*, 62(2), p. 91-103.
- PEREIRA, G. (1896) - O colar de Penha Verde, *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portugueses*, 7(1), p. 77-78.
- PESSOA, M. (2003) - Uma ponta de lança do Bronze Final, *Actas do IV Congresso Nacional de Espeleologia (NEL/FPE)*, p. 124-127.
- RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, M. (1995) - From gift to commodity: the changing meaning of precious metals in the later Prehistory of the Iberian peninsula. In MORTEANI, G. e NORTHOVER, P. (eds.), *Prehistoric Gold in Europe. Mines, metallurgy and manufacture*, NATO, ASI séries, p. 45-63.
- SANTOS, A.T. e AVELEIRA, A. (2001) - A necrópole de "Caramelo-Marzigueira" (Caparrosa, Tondela, Viseu), *Estudos Pré-históricos*, XI, p. 123-131.
- SANTOS, A.T. e MARQUES, J.N. (2007) - Os *tumuli* do Rochão (Castro Daire, Viseu), *Conimbriga*, 46, p. 27-51.
- SAVORY, H.N. (1951) - A Idade do Bronze Atlântico no Sudoeste da Europa, *Revista de Guimarães*, 61 (3-4), p. 323-377.

- SCHUBART, H. (1971) - Acerca de la cerámica del Bronce Tardío en el Sur y Oeste Peninsular, *Trabajos de Prehistoria*, 28, p. 153-182.
- SILVA, A.M. e CUNHA, E. (1997) - As incinerações da Necrópole do Paranho: abordagem antropológica, *Estudos Pré-históricos*, V, p. 111-119.
- SIRET, L. (1913) - *Questions de Chronologie et d'Ethnographie Ibériques*. Tome I De la fin du Quaternaire a la fin du Bronze, Paris, Paul Geuthner.
- SOPEÑA, G. (2005) - Celtiberian ideologies and Religion, *Journal of Interdisciplinary Celtic Studies e-Keltoi*, 6, p. 347-388.
- SPINDLER, A., BRANCO, A.C., ZBYSEWSKY, G., FERREIRA, O.V. (1973-74) - Le monument à coupole de l'âge du Bronze final de la Roça do Casal do Meio (Calhariz), *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*, LVII, p. 91-154.
- STUIVER, M.; REIMER, P. J. (1993) — Extended 14C database and revised CALIB radiocarbon calibration program. *Radiocarbon* 35, 215-230.
- STUIVER, M.; REIMER, P. J.; REIMER, R. W. (2009) — CALIB 6.1.0. [www. program and documentation].
- REIMER, P.J., BAILLIE, M.G.L., BARD, E., BAYLISS, A., BECK, J.W., BLACKWELL, P.G., BRONK, C. RAMSEY, BUCK, C.E., BURR, G.S., EDWARDS, R.L., FRIEDRICH, M., GROOTES, P.M., GUILDERSON, T.P., HAJDAS, I., HEATON, T. J., HOGG, A.G., HUGHEN, K.A., KAISER, K.F., KROMER, B., MCCORMAC, F.G., MANNING, S. W., REIMER, R.W., RICHARDS, D.A., SOUTHON, J.R., TALAMO, S., TURNEY, C.S.M., PLICHT, J. VAN DER, WEYHENMEYER, C. E. (2009) — *Radiocarbon*, 51, p. 1111-1150.
- TESTART, A. (2009) - Partir dans l'au-delà accompagné ou le rôle des fidélités personnelles dans la genèse du pouvoir. In Guilaine, J. (dir.), *Sépultures et sociétés. Du Néolithique à l'Histoire*, Séminaire du Collège de France, Éditions Errance, Paris, p. 71-80.
- TILLIER, A.-M. (2009) - *L'homme et la mort. L'émergence du geste funéraire durant la préhistoire*, Paris, CNRS Éditions.
- VASCONCELOS, J.L. (1913) - Aquisições do Museu Etnológico Português, *O Archeologo Português*, XVIII, p. 131-168.
- VASCONCELOS, J.L. (1986) - Xorca de ouro, *O Archeologo Português*, II, p. 17-24.
- VILAÇA, R. (1995) - *Aspectos do povoamento da Beira Interior (Centro e sul) nos finais da Idade do Bronze*, 2 vols., Trabalhos de Arqueologia 9, Lisboa, IPPAR.
- VILAÇA, R. (1999) - Some comments on the archaeological heritage of the Late Bronze Age in Beira Interior, *Journal of Iberian Archaeology*, 1, p. 173-184.
- VILAÇA, R. (2000) - Notas soltas sobre o património arqueológico do Bronze Final da Beira Interior. In Ferreira, M.C., Perestrelo, M.S., Osório, M., Marques, A. (eds.), *Beira Interior. História e Património [Actas das I Jornadas de Património da Beira Interior]*, Guarda, p. 31-50.
- VILAÇA, R. (2007) - *Depósitos de Bronze do território Português. Um debate em aberto*, *Conimbriga* Anexos 5, Coimbra.
- VILAÇA, R. (2008) - No rasto do Bronze final do Centro-sul da Beira Litoral: artefactos metálicos e seus contextos. In CALLAPEZ, P.M., ROCHA, R., MARQUES, J., CUNHA, L., DINIS, P. (eds.), *A Terra: conflitos e ordem. Homenagem ao Professor Ferreira Soares*, Coimbra, p. 75-88.
- VILAÇA, R. (2011) (coord.) - *Estelas e estátuas-menires. Da Pré à Proto-história*, Actas das IV Jornadas Raianas, Sabugal.
- VILAÇA, R. (2014) - The Faces of Death: from the Bronze to the Iron Age, between the North and the South of the Portuguese territory. In Cruz, A., Cerrillo-Cuenca, E., Bueno Ramírez, P., Caninas, J. C., Batata, C. (eds.), *Rendering Death: Ideological and Archaeological Narratives From Recent Prehistory (Iberia)*, BAR International Series 2648, p. 125-138.
- VILAÇA, R. (2015a) - As faces da morte. Do Bronze para o Ferro, entre o Norte e o Sul do território português, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia* 53, Porto, p. 83-105.
- VILAÇA, R. (2015b) - Dados e Reflexões sobre a Arqueologia Pré-Romana da Região de Penela. In NETO, M. S. (coord.), *Penela. Um Percurso pelo Tempo*, Palimage, Penela, p. 21-50.
- VILAÇA, R. e ARRUDA, A.M. (2004) - Ao longo do Tejo, do Bronze ao Ferro, *Conimbriga*, XLIII, p. 11-45.
- VILAÇA, R. e CRUZ, D.J. (1999) - Práticas funerárias e culturais dos finais da Idade do Bronze na Beira Alta, *Arqueologia*, 24, Porto, GEAP, p. 73-99.
- VILAÇA, R., OSÓRIO, M., FERREIRA, M. C. (2004) - "Nem tudo o que parece, é: um caso de etnoarqueologia na Serra Gorda (Águas Belas, Sabugal, Guarda)", *Norba. Revista de História* 17: 137-156.
- VILAÇA, R. e CUNHA, E. (2005) - A Roça do Casal do Meio (Calhariz, Sesimbra): novos contributos, *Al-madan*, II série, 13, p. 48-57.

VILAÇA, R., CRUZ, D.J., GONÇALVES, A.H.B. (1999) - A necrópole de Tanchoal dos Patudos (Alpiarça, Santarém), *Conimbriga*, XXXVIII, p. 5-29.

VILAÇA, R., SANTOS, A., PORFÍRIO, E., MARQUES, J., CANAS, N. (1998) - Lugares e caminhos no mundo pré-romano da Beira interior, *Cadernos de Geografia*, 17, p. 35-42.

VILAÇA, R., SANTOS, A.; GOMES, S. (2011) - As estelas de Pedra da Atalaia (Celorico da Beira, Guarda) no seu contexto geo-arqueológico. In VILAÇA (coord.) - *Estelas e estátuas-menires. Da Pré à Proto-história*, Actas das IV Jornadas Raianas, Sabugal, p. 293-318.

VILAÇA, R., CARDOSO, J. L., SILVA, A. M. (no prelo) - A Gruta do Medronhal (Arrifana, Condeixa-a-Nova) e a Arqueologia, *Colóquio de História, Arte, Arqueologia, Geografia e Etnografia. Vergílio Correia in memoriam* [IV Jornadas de Valorização de Património Cultural e Natural de Condeixa-a-Nova].

VILAÇA, R., CRUZ, D.J., SANTOS, A.T., MARQUES, J.N. (2017) - “Encenar a morte, ritualizar o espaço. O monumento da Travessa da Lameira de Lobos (Castro Daire, Viseu, Portugal)”. In ADROIT, S. et GRAELLS, R., *Arquitecturas funerárias y Memoria. La gestión de las necrópolis en Europa occidental (ss. X-III a.C.)*, Osanna Edizioni, p. 129-141.

ZAMMIT, J. (1991) - Les sépultures préhistoriques et le feu: utilisation rituelle, crémations et incinérations, *Bulletin de la Société Préhistorique Française*, 88 (3), p. 70-72.

ZILHÃO, J. (1992) - *Gruta do Caldeirão. O Neolítico Antigo*, Trabalhos de Arqueologia, 6, Lisboa, IPPAR.

NECRÓPOLE DO PARANHO - MOLÉLOS

(Ver. pag. 5 e 6)

TONDELA - VISÊU

- Propriedade de judicial e
malta de frutos finiquis
maximino -

DESCOBERTA A 5-8-918 - EXPLORADA A 14-9-918

IDADE DO BRONZE

NECRÓPOLE DA TRANSIÇÃO DAS ANTAS PARA ASSISTAS



HOSPITAL MILITAR DE VISÊU 9-VII-918 Coelho

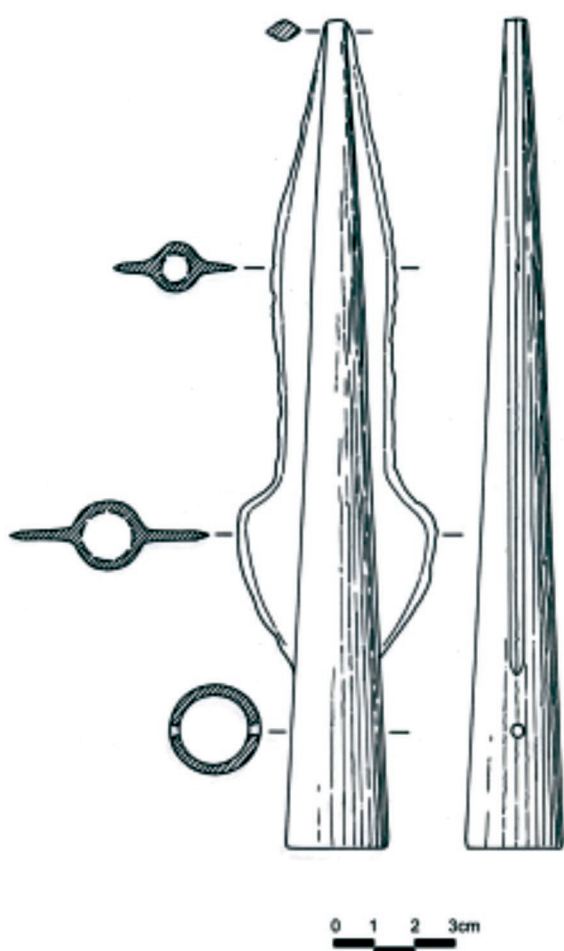
Necrópole do Paranho, Tondela (Caderno manuscrito de José Coelho).



1. Urnas com ossos calcinados da Necrópole do Paranho, Tondela.



2. Colar do Casal de Santo Amaro, Penha Verde, Sintra (foto de Barbara Armbruster).



Lança de Vendas das Figueiras, Cumieira, Penela (desenho de Helena Figueiredo, à esquerda, e de Guilherme Gameiro, à direita, reproduzido em Corro *et al.* 2008).

EST. IV



1. Câmara (vista para SW) da Roça do Casal do Meio, Sesimbra, após limpeza, 2014 (foto de Palimpsesto).



2. Vista geral do Monumento 7 da Senhora da Ouvida, Castro Daire.



1. Monumentos 2 e 1 (em segundo plano) do Pousadão.



2. Monumento 1 de Fonte da Malga, Tondela, Viseu, no final da escavação (seg. KALB e Höck).



1. Aspecto geral do monumento de Travessa Lameira de Lobos, Castro Daire.



2. Lajes 8 e 12 (escala gráfica aproximada) gravadas do monumento de Travessa Lameira de Lobos, Castro Daire.



1. Casinha Derribada 3, Mundão, Viseu (seg. CRUZ *et al.*).



2. Estrutura 1 do Monte de São Domingos, Malpica do Tejo, Castelo Branco (foto de João Luís Cardoso).



1. Urna do monumento de Souto 1 contendo vaso, restos ósseos e metálicos cremados (foto de Ana Cruz).



2. Urna com cinzas e braceletes da necrópole do Tanchoal, Alpiarça (foto de A. Roldão).



1. Vista actual (2015) da área de implantação da necrópole do Tanchoal, Alpiarça.



2. Recipiente cerâmico de Numancia, Soria, com representação de guerreiro a ser devorado por abutre (seg. SOPEÑA).